

# Diário do Legislativo de 31/03/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

#### 1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissão

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATA

### ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/3/2009

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão; e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: comunicação do Deputado Juarez Távora notificando sua ausência do País no período de 11 a 24/3/2009 (10/3/2009); e ofícios do Sr. Antônio Carlos Andrada, Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas (12/3/2009), e da Sra. Maria das Graças Batista de Carvalho, Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (14/3/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.976/2007 (Deputado Antônio Júlio) e 2.872/2008 (Deputado Jayro Lessa), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 899/2007 (relator: Deputado Inácio Franco) e 2.872/2008 (relator: Deputado Lafayette de Andrada, em virtude de redistribuição) na forma dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 2.763/2008 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.976/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Lafayette de Andrada, em virtude de redistribuição. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Zé Maia, em que solicita seja realizada audiência pública para cumprir as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado em 2008; e Dalmo Ribeiro Silva, em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Fazenda providências para a redução da alíquota do ICMS incidente sobre a venda de álcool combustível produzido no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2009.

Jayro Lessa, Presidente - Lafayette de Andrada - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio - Juarez Távora.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 31/3/2009

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.869, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.876, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário e altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, 13.470, de 17/1/2000, e 14.062, de 20/11/2001. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 2º do art. 24 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003, a que se refere o art. 1º da Proposição de Lei nº 18.876.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.877, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado, e a Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA . (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 3º do art. 20-I da Lei nº 6.763, de 26/12/75, a que se refere o art. 1º da Proposição de Lei nº 18.877.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.939, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Luz. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.865, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.922, que altera as Leis nºs 15.293, de 5/8/2004, nº 15.464, nº 15.465, nº 15.466 e nº 15.467, de 13/1/2005, e nº 15.961, de 30/12/2005, e cria a carreira de Médico da Área de Seguridade Social. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.947, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.956, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo - CET -. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado de Minas Gerais, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.948/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado para realização dos Jogos Olímpicos de 2016. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta,

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 31/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.981/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.980/2009, do Deputado Arlen Santiago; 2.986/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.025/2009, do Deputado Délio Malheiros; 2.243/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.358/2008, do Governador do Estado; 2.381/2008, do Deputado Juninho Araújo; 2.697/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.935/2008, do Deputado Arlen Santiago; 2.962 e 2.966/2009, do Governador do Estado; 2.991/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.010/2009, do Deputado Delvito Alves; 3.012/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.077 e 3.079/2009, do Deputado Wander Borges; 3.089 e 3.100/2009, do Deputado José Henrique; 3.115/2009, do Deputado Almir Paraca.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.681/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.857/2008, do Deputado João Leite; 3.023/2009, do Deputado Zezé Perrella ; 3.037/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.081/2009, do Deputado Adalclever Lopes; 3.083/2009, do Deputado Almir Paraca; 3.085/2009, do Deputado Dimas Fabiano; 3.095/2009, do Governador do Estado; 3.097/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi; 3.102 e 3.103/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.106/2009, do Deputado Inácio Franco; 3.107/2009, do Deputado Irani Barbosa; 3.108/2009, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.110/2009, do Deputado Inácio Franco; 3.112/2009, do Deputado Durval Ângelo; 3.117/2009, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 31/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 468/2007, do Deputado Gustavo Corrêa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.465 e 3.492/2009, do Deputado Doutor Viana; 3.470, 3.481, 3.482 e 3.500/2009, da Comissão de Direitos Humanos; 3.519 e 3.520/2009, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 31/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a cobrança pela utilização de instalações sanitárias em estabelecimentos localizados no centro de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 31/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.771/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.692/2008, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: debater, com convidados, o andamento das providências necessárias para a execução da alça viária de interligação da BR-356 à MG-030, entre Belo Horizonte e Nova Lima, autorizada pela Lei nº 18.042, de 2009.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 31/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.694/2008, do Deputado Dimas Fabiano; 2.846/2008, do Deputado Juninho Araújo. Requerimentos nºs 3.490/2009, do Deputado Braulio Braz; 3.494/2009, do Deputado Juninho Araújo.

Finalidade: obtenção de informações sobre a duplicação da BR-381, bem como sobre os editais, as minutas e os contratos sob responsabilidade do DNIT e da Antt.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15h15min DO DIA 31/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.945/2008, do Deputado Delvito Alves.

Requerimento nº 3.488/2009, do Deputado Braulio Braz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 31/3/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 18.865, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental; 18.869, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica; 18.876, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário e altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, 13.470, de 17/1/2000, e 14.062, de

20/11/2001; 18.877, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado, e a Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores; 18.922, que altera as Leis nºs 15.293, de 5/8/2004, nº 15.464, nº 15.465, nº 15.466 e nº 15.467, de 13/1/2005, e nº 15.961, de 30/12/2005, e cria a carreira de Médico da Área de Seguridade Social; 18.939, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Luz; 18.947, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; e 18.956, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo; e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente; 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes; 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica; 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado; e 2.948/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado para realização dos Jogos Olímpicos de 2016; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 30 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/4/2009, às 9 horas, no Centro Pastoral Padre Guerino Pontello, em Pitangui, com a finalidade de debater o aumento da criminalidade no Município e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de março de 2009.

João Leite, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

##### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.045/2009

##### Comissão de Direitos Humanos

##### Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Grupo de Mulheres Fazendo Artes, com sede no Município de Ipatinga.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.045/2009 pretende declarar de utilidade pública o Grupo de Mulheres Fazendo Artes, com sede no Município de Ipatinga, que tem como finalidade precípua a melhoria da qualidade de vida das mulheres residentes no Município.

Dessa maneira, realiza encontros, seminários e debates, de forma a disseminar a consciência da igualdade de direitos entre homens e mulheres; busca a integração de suas associadas na sociedade em que vivem; firma parcerias com órgãos públicos e privados visando ampliar e subsidiar suas iniciativas.

E ainda: protege a saúde da família e de crianças, jovens e idosos; oferece cursos profissionalizantes; promove atividades nas áreas da cultura, do esporte e do lazer.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

##### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.045/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 27 de março de 2009.

Vanderlei Miranda, relator.

#### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

19ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 24/3/2009

O Deputado Tenente Lúcio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupamos a tribuna para, em primeiro lugar, cumprimentar a diretoria da Copasa, por seu Presidente Márcio Nunes, aos Diretores Diego e Jorge, assim como a outros companheiros seus. Estivemos em três cidades na última semana: Indianópolis, Iraí de Minas e Estrela do Sul.

Em Indianópolis já existe tratamento de água feito pela Copasa, mas não há tratamento de esgoto. Todos os dejetos são jogados na represa de Miranda, que é belíssima, onde se pesca e são encontradas várias propriedades instaladas na sua beira, como ranchos e pousadas. Na cidade de Iraí de Minas, da mesma forma, temos tratamento da água, porém o esgoto é lançado no Rio Bagagem, que nasce nesse Município. Seu Prefeito, Pedrão, com quem estivemos na semana passada, demonstra grande preocupação em devolver a vida ao rio, principalmente tendo em vista que no Município de Iraí de Minas está sua nascente. Estrela do Sul também tem tratamento da água feito pela Copasa e também não conta com tratamento de esgoto.

Estivemos pessoalmente na Copasa e conversamos com o Presidente Márcio Nunes, com os Diretores Diego e Jorge. Eles enviaram um técnico, que veio de Araxá, às cidades de Iraí e Estrela do Sul, com o intuito de conversar com o Prefeito. Nesta semana estará indo um técnico também conversar com o Prefeito de Indianópolis, com vistas à aprovação pela Câmara Municipal de projeto de lei que tenha a finalidade de estabelecer convênio entre a Copasa e os Municípios mencionados. Em Estrela do Sul há uma particularidade, pois já houve votação na Câmara, o que não aconteceu nos outros Municípios. Precisamos da aprovação desses projetos para que, o mais rápido possível, seja celebrado convênio a fim de que a Copasa possa investir e fazer as três estações de tratamento de esgoto - ETES.

Gostaria, ainda, de agradecer à diretoria da Copasa a maneira respeitosa com que nos recebeu, tanto a mim quanto aos Prefeitos, e também a presteza em mandar os técnicos para dialogar tanto com o Prefeito de cada Município quanto com os Secretários de Obras, para que possamos, efetivamente, realizar tais empreendimentos.

Outro assunto que gostaria de abordar é que aprovamos hoje um requerimento na Comissão de Segurança Pública, da qual sou membro efetivo, a pedido dos nossos companheiros de Uberlândia, Vereadores Doca, Adriano Zago e William Alvorada, do meu partido; o Líder do PDT, Dr. Murilo; e Vereadoras Jerônima Carlesso e Liza Prado. A pedido desses seis Vereadores, solicitamos, nesse requerimento, providências em relação à visita nos presídios de Uberlândia. Desde que fui Vereador e também Presidente da Câmara dessa cidade progressista, sempre nos preocupamos muito com os dois presídios de lá, a Penitenciária Pimenta da Veiga e o Presídio Jacy de Assis. Em todos os finais de semana, filhos, esposas, maridos, enfim, familiares dos presos, ao visitá-los, ficam numa fila, do lado de fora do presídio, num local onde não existe nenhuma cobertura para se abrigarem da chuva e do sol. Também não há nenhum banheiro para as pessoas de idade que visitam os seus filhos ou netos. Enfim, não existe nem banheiro nem abrigo para as pessoas que se encontram do lado de fora do presídio.

Atendendo ao pedido dos verdadeiros representantes da população de Uberlândia, que são os Vereadores mencionados, falamos hoje a todos os Deputados, a quem também pedimos esse apoio. Lembro que aprovamos o requerimento de nossa autoria, a qual transfiro aos Vereadores de Uberlândia Doca Mastroiano - o Doquinha -, William Alvorada, Adriano Zago e Murilo e às Vereadoras Jerônima Carlesso e Liza Prado. São legítimos representantes do povo e estão preocupados com as pessoas que aguardam, do lado de fora, o momento de visitar seus parentes.

Estaremos amanhã, às 16h30min, com o Diretor de Presídios de Minas Gerais, Dr. Joemilson, para que ele, sabendo que o requerimento foi aprovado, realmente nos ajude. Antecipando essa situação, hoje visitamos o Secretário de Defesa Social, Dr. Maurício Campos, a quem agradeço a maneira gentil com que nos recebeu. Fizemos um pedido a ele e, talvez por inexperiência, eu lhe disse: "Dr. Maurício Campos, o senhor nos perdoe se estamos dando um tiro de canhão em um mosquito". Expliquei a ele a situação em que se encontram os familiares dos presos da cidade de Uberlândia, em cujos presídios há condenados de todo o Estado. Aliás, ele mesmo fez questão de dar o recibo na primeira via do pedido dos nossos Vereadores de Uberlândia e também nos aconselhou a falar com o Dr. Joemilson para que obtivéssemos resultado mais eficaz com esse pedido. Tenho certeza de que é uma preocupação muito grande do nosso Prefeito Odelmo Leão, para que seja dada melhor condição aos familiares das pessoas que estão, por algum tempo, nos presídios Jacy de Assis e Pimenta da Veiga.

Para finalizar, gostaria de cumprimentar o nosso companheiro que está aniversariando hoje, que também é de Uberlândia, o Deputado Luiz Humberto Carneiro, Líder do PSDB. Ele pediu que não falasse a sua idade, mas um Deputado está me soprando para eu dizer que ele está completando 23 anos.

Parabéns, Deputado Luiz Humberto Carneiro, pessoa esforçada, homem trabalhador, produtor rural, que realmente se esforça para levar não só para Uberlândia, mas para toda a região os benefícios para a nossa sociedade.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Gostaria de participar do pronunciamento de V. Exa. para cumprimentá-lo pelo trabalho que vem fazendo à frente da Comissão de Turismo. Essa é uma Comissão importante, pois sabemos que hoje o turismo representa uma fonte inestimável e importantíssima de renda para o nosso Estado, que possui, em todas as suas regiões, potencialidades que devem ser exploradas, não só nas regiões que já conhecemos, como é o caso de Ouro Preto e das demais cidades históricas de Minas e da região da Estrada Real, mas também da região dos Lagos. Minas possui um grande potencial turístico em todas as suas regiões.

De maneira muito especial, agradeço a V. Exa. e o cumprimento pelo acolhimento que deu a um requerimento que apresentamos na Comissão visando à promoção de uma audiência pública no Município de Montezuma, no Norte de Minas. Para quem não conhece, Montezuma é uma das cidades mais belas que existe, com um dos maiores potenciais turísticos não só em Minas, mas também no Brasil. As termas, isto é, o parque aquático termal, as águas quentes de Minas se localizam, em parte, na região de Santa Bárbara, próxima a Buenópolis, e a outra parte, que significa o grande potencial de águas termais existentes, está situada em Montezuma. É uma beleza, uma maravilha que é comparada às águas quentes de Goiás.

Montezuma possui um parque que foi criado há mais de 20 anos, um balneário local, que está precisando de uma revitalização maior. Aliás, para resolver esse problema, estivemos reunidos com o Governador Aécio Neves, com a Sra. Andrea Neves e com a nossa querida amiga Valéria, Secretária do Governador. Também nos reunimos com o Dr. Aécio Cunha, que é uma das pessoas que mais conhece a região, a fim de apresentar ao Estado um projeto de revitalização do Parque Termal de Montezuma, que vai, sem dúvida alguma, desviar o eixo do turismo para o Norte de Minas. Se hoje passam por ali centenas de ônibus por mês, que visitam a cidade de Montezuma, principalmente nos finais de semana, após a conclusão desse trabalho, desse estudo que está sendo liderado pelo atual Prefeito, o companheiro Grande, com certeza haverá um avanço muito significativo no desenvolvimento e na economia local.

Essa audiência pública, Deputado Tenente Lúcio, será significativa e fundamental. Por isso gostaríamos de poder contar com a presença da Secretaria Érica, da Secretaria de Turismo, e de vários Deputados. Assim, gostaria de convocar toda a bancada norte-mineira porque, se tudo correr bem e se o Governador se interessar - e ele já se mostrou interessado -, se tornar disponíveis seus órgãos, suas Secretarias e também a Codemig, e, ainda, se tudo correr dentro do cronograma, teremos um dos maiores potenciais turísticos do Brasil na querida cidade de Montezuma. Digo do Brasil, e não só de Minas Gerais. Montezuma é uma cidade situada quase na divisa com a Bahia, que possui águas termais em abundância e em temperatura agradável. É o encantamento que temos na região.

Agradeço a V. Exa. o interesse que teve em acolher o nosso requerimento, marcando essa audiência pública. Espero que, agora, no mês de abril, possamos deslocar-nos para Montezuma, junto à Secretária de Turismo. Aliás, faço esse convite a ela publicamente, pois sei que, com certeza, V. Exa. o fará oficialmente, a fim de darmos o primeiro passo para a valorização de uma das regiões mais belas e de maior potencial turístico de Minas Gerais e do Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Tenente Lúcio\* - Agradeço ao Líder do PDT, Deputado Carlos Pimenta. Será um grande prazer irmos a Montezuma. Já estivemos em Monte Verde, no Sul de Minas, e em Estrela do Sul, no Triângulo Mineiro; agora estaremos em Montezuma, no Norte de Minas. Pode ter

certeza de que nossa Comissão vai trabalhar muito.

Agradeço ainda aos Prefeitos Valdir, de Araporã, Alexandre, de Tupaciguara, e aos demais Prefeitos e autoridades com os quais estivemos nesse último sábado, à beira do Rio Paranaíba, comemorando o incremento do turismo como resultado dos futuros investimentos que a nossa Comissão, o Estado e o governo Aécio Neves poderão fazer na região.

Faltando 5 segundos para o término do meu tempo, agradeço a atenção. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Wander Borges\* - Sr. Presidente, colegas parlamentares, telespectadores da TV Assembleia, volto a esta tribuna para fazer, mais uma vez, uma provocação sobre a BR-381. Na semana passada tivemos oportunidade de ocupar esta tribuna para demonstrar nossa indignação sobre a situação da BR-381. Hoje, trago aqui uma provocação feita por um amigo sobre essa BR-381, que realmente é a rodovia da morte.

Mas quero também apresentar dados estatísticos extremamente interessantes para que se faça uma avaliação. Em 2007, ocorreram nessa rodovia 1.211 acidentes, dos quais 519 com feridos leves, 371 com feridos graves e aproximadamente 54 mortos. No ano de 2008, segundo dados gentilmente cedidos pela Polícia Rodoviária federal, na mesma BR-381 tivemos 1.407 acidentes, com um crescimento percentual da ordem de 16,18%. O número de feridos leves pulou de 519 para 648, com 24,86% de crescimento; o de feridos graves, de 371 para 397, com um aumento de 7,01%. Agora pasme, Deputado Carlos Pimenta: de 2007 para 2008 pulamos de 54 para 84 mortes, com um crescimento da ordem de 55,56% no índice de óbitos na rodovia.

O mais interessante é que a maioria dos acidentes acontece nos mesmos trechos, nos mesmos quilômetros - e aí é que eu queria que o Ministério dos Transportes, pelo DNIT, fizesse uma avaliação. Apenas para comparação, Deputado José Henrique, do Km 419 ao Km 421 aconteceram 44 acidentes. No mesmo trecho, em 2007, foram 30 acidentes. Isso quer dizer que o governo sabe onde acontecem os acidentes. Ora, isso é como comida: se não podemos comer arroz, feijão e bife, comemos feijão com farinha. Com isso, o que queremos dizer, Deputado Dimas Fabiano, é que devemos melhorar ao menos alguns trechos da rodovia, se ainda não temos condição de fazer a duplicação. Se para essa duplicação ainda vamos esperar mais 10, 15 ou 20 anos, que ao menos se melhore o traçado geométrico feito há muitos e muitos anos. Temos nessa rodovia curvas com sentido contrário, que jogam o carro para fora.

No ano passado fizemos, então, esta camiseta, com estes dizeres: "BR-381: o Brasil passa por aqui. Duplicação já! Frente Parlamentar dos Deputados Estaduais de Minas Gerais em Defesa da Duplicação". Vamos colocar lá um sinal luminoso ou eletrônico, um redutor de velocidade, vamos mandar capinar as margens da rodovia, colocar sinalização.

Na semana passada falei da questão do novo anel rodoviário que sai de Betim, passando por Sabará, em Ravena, para reduzir a quantidade de veículos pesados que transitam nesse trecho com o maior índice de acidentes, conforme dados estatísticos da Polícia Rodoviária Federal, e que tem vitimado inúmeras famílias. Parece que, agora, virou uma seqüência. No jornal "Estado de Minas" está estampado: "BR-040, um rosário de promessas e dor". E em outro jornal, a mesma coisa.

O Deputado José Henrique (em aparte) - Deputado Wander Borges, sei que vamos ter que lutar e falar muito dessa tribuna para que o DNIT e o Ministério dos Transportes dêem atenção a essa rodovia. Estou no meu quarto mandato nesta Casa, e, desde o primeiro estamos falando em melhorar e duplicação da BR-381. Já fizemos inúmeros movimentos e, recentemente, fizemos um movimento, do qual V. Exa. participou, na BR-381, no trecho de Sabará. Após concluídas as reformas paliativas no pavimento da rodovia, por incrível que pareça, os acidentes aumentaram. Ao melhorar a pavimentação da via, a velocidade cresceu e os acidentes foram acontecendo. Na verdade, várias obras ficaram inacabadas, como pontes, viadutos e trevos. Não sabemos por quê, se fizeram alguma auditoria do Tribunal de Contas da União ou se houve algum desvio de recurso, mas não sabemos por que essas obras foram paralisadas. E os acidentes estão crescendo. Fizemos uma reunião nesta Casa há dois anos, quando foi apresentado o projeto de duplicação da BR-381. Mas ele ainda se encontra muito atrasado, e queremos que o DNIT e o Ministério dos Transportes dêem uma solução e incluam essa obra como prioridade absoluta. Essa é uma das rodovias que liga a Região Metropolitana à BR-116, Belo Horizonte, João Monlevade e Governador Valadares, num traçado muito antigo. Ela foi construída quando caminhões toleravam carga de 20t, e hoje há carga de 70t. Portanto, com o crescimento do número de veículos e com o transporte de cargas cada vez maior, ela já não suporta o tráfego, e o número de acidentes só vem aumentando. Obrigado.

O Deputado Wander Borges\* - Aqui, nesse "site", está estampado: "BR-381, exemplo de modelo de malha falida". Por incrível que pareça, apesar do tamanho da rodovia dentro de Minas Gerais, nosso Estado aparece com 13,8% de acidentes em relação às pessoas, inclusive pedestres mortos nessa rodovia. O que nós podemos fazer é, em caráter permanente, pedir ao DNIT e às autoridades para fazerem, pelo menos, as correções onde ocorre o maior índice de acidentes. Todos sabem que no Km 30 há acidentes constantemente. Será que precisarão morrer outras pessoas para se fazer mudança naquele trecho? Todos sabem que no trevo de Caeté, mais à frente, há inúmeras pontes não terminadas, com ferragens expostas. Se formos na pista à noite, parece que tem uma ponte do lado, mas ela está inacabada. Isso tem de ser olhado com seriedade.

Nesta semana, vindo de Araxá, passei pela duplicação da BR-262, próximo a Nova Serrana e Itaúna - obra bonita, bacana -, e fiquei impressionado com a distância pela qual o material é transportado, o que se está tirando para fazer a rodovia. É algo incrível. Andei atrás de um caminhão carregado em torno de 25km, 30km. Todo o mundo sabe que, numa planilha de custo, a distância de material transportado tem um valor efetivo no custo da obra. Essas coisas têm de ser reavaliadas com carinho. Não estamos falando simplesmente de rodovia, mas de vidas perdidas, sentimentos de dor que talvez nenhum de nós que não tenha perdido alguém naquela rodovia tenha condição de mensurar.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Nobre Deputado Wander Borges, conhecemos de perto a realidade da BR-381, por ali passamos diariamente, constantemente, é o nosso caminho para casa. Como parlamentar, sou integrante da Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381. Tenho plena clareza e compartilho integralmente a opinião de V. Exa. de que a duplicação da BR-381 é urgente e necessária, com a mudança do seu traçado. O traçado da BR-381 é da década de 50, quando transitavam por ali vemaguets, fusquinhas e kombis. Hoje a realidade é outra. Então essa duplicação é necessária.

Quereria chamar a atenção para um aspecto imediato, de hoje, o que fazer aqui e agora. Devemos reconhecer que o DNIT tem mantido a rodovia recuperada. Trocou a malha asfáltica e melhorou as condições de sinalização. Mas há um problema grave, Deputado Wander Borges, que precisa ser enfrentado: a irresponsabilidade de alguns, principalmente de algumas transportadoras, com caminhões com excesso de carga que trafegam naquela rodovia, que exploram a mão-de-obra do motorista em jornadas duplas ou triplas. Por força da pressão de algumas transportadoras, motoristas de transporte de carga usam rebite para dobrar a jornada e provocam acidentes por imprudência, negligência, imperícia. Alguns motoristas se excedem na velocidade.

O que podemos fazer, de imediato, é o reforço na fiscalização. Deve haver uma fiscalização mais contundente naquele trecho, porque famílias e famílias, que cumprem o seu dever, dirigem respeitosamente, obedecem à sinalização e aos limites de velocidade, às vezes são apanhadas de surpresa por irresponsáveis. Então precisamos exigir maior fiscalização, principalmente quanto ao transporte de carga, no que se refere a motoristas que não respeitam os limites de velocidade. O reforço dessa fiscalização pode ser uma atitude concreta e imediata. E trabalhar, sem

dúvida alguma, para a duplicação da BR e para o início e a conclusão do rodovial, a via expressa que ligará Betim ao trevo de Ravena, também uma grande obra necessária para resolver o grande fluxo de carros.

Compartilho com V. Exa. essa preocupação, mas o responsável por isso tudo não é só o governo Lula. O governo Lula tem feito a sua parte e pode fazer mais, como a duplicação, mas vamos cobrar a responsabilidade daqueles que não têm respeito pelo trânsito e pelas vidas humanas que lá passam diariamente.

O Deputado Wander Borges\* - Agradeço ao Deputado Carlin Moura e concordo em parte com o que ele disse. Em momento algum culpei o governo Lula, pelo contrário. Estou trazendo a esta tribuna uma discussão institucional, mas quero fazer uma pequena reflexão com todos os que estão nos ouvindo. Por que o maior índice de acidentes é no trecho de 110km de Belo Horizonte a João Monlevade? Será que os mesmos motoristas que trafegam pelo restante da BR-381 estão na condição ora colocada pelo Deputado? Não, Deputado Carlin Moura.

Temos um erro de engenharia nessa rodovia, assim como muitos motoristas irresponsáveis, andando com rebite e em alta velocidade. Isso não é a tônica. Antes de vir aqui, fiz uma avaliação, pois sabia que esse assunto poderia ser discutido dentro de um ambiente apresentado por V. Exa; todavia a discussão que quero fazer é noutro sentido. O maior índice concentrado de acidentes está no trecho Belo Horizonte até pouco acima de Caeté, onde ficam as curvas mais acentuadas. Portanto essa reflexão tem de ser feita na plenitude.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte)\* - Obrigada, Deputado Wander Borges. Aproveito o momento para parabenizá-lo por estar discutindo, falando sobre uma BR tão importante para o nosso país e para Minas Gerais, que é uma das estratégias para a economia do nosso Estado. Temos ainda uma luta grande por essa BR. Várias vidas são ceifadas dia a dia. Sou do Vale do Aço, de Ipatinga, e trafegamos sempre por aquela região. Então é preciso realmente lutar em prol da duplicação da BR-381 por completo. Há duas propostas, da ANTT e do DNIT. Queremos que o governo federal atue na melhor das propostas.

Aproveito este momento para dizer que há uma audiência pública marcada para o dia 31. Espero que nos envolvamos todos nessa luta, como os Prefeitos e os Presidentes e Vereadores das Câmaras Municipais, imbuídos para alcançarmos essa tão sonhada duplicação da BR-381.

Quero também dizer que, logo mais, instalaremos a Frente Parlamentar em Defesa da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Lutaremos pelo cidadão que necessita dos serviços da Defensoria Pública, por isso estamos aqui arraigados nessa luta. Gostaria de convidar os Deputados desta Casa para estarem também conosco na luta em prol da Defensoria Pública. Muitos assinaram para que houvesse a instalação da frente parlamentar. Muito obrigada. Parabéns!

O Deputado Wander Borges\* - Quanto a essa questão do anel, que vai de Betim ao Distrito de Ravena - aliás, são 64,83km, passando por Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo, Vespasiano, Santa Luzia e Sabará -, falaremos na próxima reunião, na próxima semana.

Doravante, Sr. Presidente, estaremos toda semana cobrando as ações, no mínimo, de sinalização com redutor de velocidade na BR-381, a fim de evitar mais mortes. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, público, cidadãos e cidadãs que acompanham os trabalhos da Assembleia, hoje subo a esta tribuna, na condição de coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para tratar, mais uma vez, de um assunto que, infelizmente, tem-se tornado rotineiro no Estado. Venho aqui para abordar as precárias condições do Sistema de Atendimento de Medidas Socioeducativas em nosso Estado.

Na semana passada, mais uma vez, ocorreram tristes acontecimentos. Um menino de 14 anos e um adolescente de 17 foram assassinados - um, no Centro de Internação Provisória São Benedito, e o outro, no Centro de Internação Provisória Dom Bosco.

A situação de superlotação dos centros de internação provisória é objeto de denúncia constante que fazemos nesta Casa. No dia 17/4/2008, ou seja, há quase um ano, a Comissão de Participação Popular, representada por este Deputado e pelo Deputado João Leite, esteve no Centro de Internação Dom Bosco. Constatamos vários problemas relacionados ao projeto pedagógico, à superlotação, às instalações. Logo após, viemos a esta tribuna. Lembro-me de que fiz questão de dizer que estava aqui por causa do problema ocorrido na Delegacia de Ponte Nova. Houve insinuação de que uma comissão atuante desta Casa, que tinha feito audiência pública, não teria agido adequadamente. Mas agiu. O problema é que este é o Poder Legislativo, e não, o Executivo. Na ocasião, disse que estava dando publicidade àquela situação porque depois, se ocorresse algum problema, poderiam dizer que a Assembleia não tinha fiscalizado, não tinha estado lá. Portanto, fizemos a visita, e vim a esta tribuna.

Infelizmente, no ano passado um adolescente foi morto no Centro de Internação Provisória Dom Bosco. Voltei a esta tribuna e falei da situação crônica, da morte anunciada. Mais uma vez, episódios como esse se repetem. Não há dúvida de que a responsabilidade da guarda, num modelo de internação, num sistema socioeducativo, é do Estado, a quem cabe zelar pelas condições de segurança.

Estou aqui para dizer que, infelizmente, um jovem de 14 e outro de 17 anos foram assassinados por estrangulamento na semana passada, em centros de internação provisória. Esse assunto não gera muita comoção porque existe uma visão preconceituosa com relação ao tema. Essa visão pode implicar uma espécie de convivência, porque muitas vezes a visão difundida na sociedade não é exatamente a de reintegrar esses adolescentes ou permitir que reconstruam sua trajetória de vida. Em momentos como este, também é comum ocorrerem críticas ácidas ou denunciamento. Estou tranquilo. A Comissão de Participação Popular já visitou o local, realizou audiência pública e encaminhou relatório. Como disse, vim a esta tribuna duas ou três vezes para denunciar essa situação.

É preciso compreender esses episódios lamentáveis no contexto de uma política pública. É o que queria fazer aqui, até para que as autoridades possam agilizar as providências.

Hoje há uma mudança no perfil do ato infracional cometido por adolescentes, que é mais duro. Eles cometem não somente furto, mas também homicídio. A idade média de ingresso no tráfico de drogas - 11, 12 anos - foi reduzida. Muitos desconhecem o Estatuto, acham que passa a mão na cabeça dos adolescentes. E não é assim. Ele prevê sete medidas socioeducativas, sendo que a última, a internação, prevê a privação de liberdade. O fato é que o ato infracional cometido por jovens tem hoje sua curva aumentada quanto a atos mais fortes, como, por exemplo, o homicídio.

Isso faz com que a aplicação da medida de internação cresça. Se ela cresce, temos que ter centros socioeducativos regionalizados para acolher o jovem que comete ato infracional passível de internação. Esperando a aplicação da medida, esse jovem, de acordo com o Estatuto, pode ficar até 45 dias na internação provisória. Se não existe agilidade para que ele receba a medida de internação, muitas vezes ele fica no centro de internação provisória por um prazo superior. Na visita do ano passado foram encontrados jovens que estavam na internação provisória há três,



quatro, cinco meses.

Tínhamos outro problema que foi parcialmente resolvido. Muitas vezes um adolescente que cometia um pequeno furto ficava internado provisoriamente com um traficante, com um homicida que havia cometido crimes bárbaros. Isso não é adequado, mas a super lotação, às vezes, gera esse problema. Então, para se ter uma idéia, no ano passado, quando fizemos aquela visita, a unidade tinha 60 vagas, e havia 140 jovens internados.

No ano passado foi inaugurado o plantão interinstitucional, o centro de atendimento integral à criança e ao adolescente que cometem ato infracional, o qual resultou de uma luta de anos do movimento e de todos nós. Hoje temos Ministério Público, Juizado, Defensoria, todos trabalhando para receber o jovem, fazer uma análise coletiva e aplicar medida socioeducativa. A aplicação desta em conjunto é mais ágil e mais adequada.

Há um estudo mais coletivizado do caso. Isso melhora a qualidade da medida aplicada. Porém, como estão aumentando os casos de aplicação de medida de internação, temos que ter a ampliação das vagas de internação provisória e de internação e um estímulo para que os Municípios desenvolvam medidas em meio aberto, particularmente as de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e semiliberdade, para desafogar o atendimento de medidas. Esse é um problema estrutural.

Quereria aliás registrar que, na semana passada, logo que o primeiro adolescente faleceu no Ceip Dom Bosco, rapidamente fui atendido pelo Secretário de Defesa Social, Maurício Campos Júnior, pessoa conhecedora do assunto, competente, empenhado em resolver a situação, e da mesma maneira pelo Subsecretário Ronaldo Pedron. Nessa área nosso diálogo é desobstruído, mas o próprio Secretário reconheceu que algumas medidas precisam ser agilizadas para romper esse gargalo. Nosso gargalo é sistêmico. A Deputada Maria Tereza Lara sabe disso, porque em Betim existe essa situação. Muitas vezes a ausência do acolhimento para cumprir medidas de internação faz com que adolescentes fiquem junto de traficantes e adultos perigosos.

Então, precisamos de uma espécie de força-tarefa. Sabemos que, quando o Poder Executivo e a sociedade querem, as coisas andam mais rápido. Já levantei essa questão com várias autoridades do governo do Estado. A situação é grave, e precisamos ter um nível de execução orçamentária maior nessa área. Na semana que vem vou trazer o monitoramento que faço do chamado orçamento-criança. Fiz uma análise da execução orçamentária do governo estadual em políticas para crianças, adolescentes e jovens. A execução orçamentária é até positiva do ponto de vista do gasto. Temos que avaliar a meta física e o impacto. Tivemos uma execução de 97% no ano passado, o que é um bom nível de execução. Mas, se analisamos dez ações que estão muito abaixo dessa média, podemos identificar o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte, 75%; reforma de centros socioeducativos, 70%; atendimento ao adolescente em conflito com a lei medida em meio aberto, 69,44%.

Basicamente, identificamos ações ligadas ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase - com um nível de execução abaixo da média do próprio Estado. Estou-me referindo ao conjunto das ações direcionadas exclusivamente a crianças e adolescentes. Sabemos que está para ser aberto um novo centro de internação provisória. Há um gargalo. Se há uma superlotação, fica mais delicado o controle desses adolescentes, o projeto pedagógico fica mais difícil de ser implementado, os jovens ficam retidos por tempo maior. Isso gera neles revolta e ansiedade maior.

Faço um apelo, de maneira tranqüila e responsável, porque não sou daqueles que gostam de fazer marola política em cima de tragédia alheia. A tragédia para a família desses jovens é grande porque muitas vezes são duplamente penalizados: pela evasão escolar, pela fome, pela ausência de uma estrutura familiar que possibilite uma vida mais digna; e pela miséria, pela falta de oportunidade e, infelizmente, pela baixa auto-estima adquirida ao longo da vida; é quando a droga aparece, às vezes como única alternativa. Acho que a pior situação é de quem precocemente perdeu a vida num centro de internação provisória, assim como a situação dos seus familiares, que vão carregar isso. Até para que essa situação não persista, precisamos falar, porque isso vira uma notícia na imprensa, uma reunião, e depois cai no esquecimento. Já são quatro mortes em centros de internação provisória, de abril do ano passado para cá. A vida é um bem maior que todos defendemos.

Reitero aqui o apelo colocando-me à disposição não só como coordenador da frente parlamentar, mas também como Presidente da Comissão de Participação Popular e como militante nessa área desde 1986. Ainda estudante de serviço social, recolhi assinaturas para emenda popular, na Praça Sete, em favor de políticas para crianças e adolescentes, portanto há 23 anos estou nessa luta. Como cidadão, queremos que o governo do Estado seja mais efetivo quanto ao sistema estadual de atendimento às medidas socioeducativas. Essa efetividade, além de garantir um processo de reintegração dos jovens, de segurança das pessoas, também pode evitar mortes.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Companheiro Deputado André Quintão, quero cumprimentá-lo por esse compromisso firme e continuado em defesa da criança e do adolescente e lembrar que em Betim estamos acompanhando a situação de adolescentes na segunda delegacia, numa situação totalmente desumana. Como V. Exa. disse, o Secretário de Defesa Social e o Subsecretário Ronaldo Pedron têm tido sensibilidade de acompanhar o processo. Vemos a importância e a necessidade de o governo do Estado investir realmente todos os recursos possíveis e necessários para melhorar a situação. É importante estreitar esse relacionamento com as Prefeituras. Sabemos que isso é uma grande necessidade. Sabemos que o problema é muito grave. Sabemos que é competência e obrigação do Estado, mas há necessidade de que os Municípios dêem sua contribuição para resolver esse impasse. Os jovens e as crianças não podem esperar.

Quero deixar isso registrado e dizer que contem conosco, apoiando a frente. Estamos lá na Comissão de Segurança Pública. Hoje o Secretário, Dr. Maurício Campos, vai estar aqui na comissão discutindo a questão das políticas públicas de segurança do Estado. Então, é oportuno registrar a necessidade dessa integração cada vez maior das três esferas do poder, dos movimentos sociais organizados, para que agilizem políticas públicas que atendam às crianças e aos adolescentes.

O Deputado André Quintão\* - Muito obrigado, Deputada. Fica aqui o nosso apelo reiterado ao governo do Estado para a efetivação das medidas socioeducativas. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva\* - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, a quem saúdo, V. Exa. que, mais uma vez, conduz a reunião ordinária desta terça-feira; caríssimo Deputado João Leite; Deputadas; Deputados; telespectadores da TV Assembleia; meus amigos e minhas amigas, ocupo a tribuna nesta tarde para fazer com todos algumas reflexões que entendo muito oportunas e necessárias.

Inicialmente, parabeno a Deputada Rosângela Reis por encabeçar hoje a Frente Parlamentar em Defesa da Defensoria Pública, cujo requerimento teve desta Casa total apoio e solidariedade, para inaugurar, com certeza, uma nova fase em defesa de nossa Defensoria Pública. Aliás, esta Defensoria que sempre defendemos, e quero cumprimentar o Dr. Eduardo, grande companheiro, eterno Presidente da Associação dos Defensores. Este momento é muito importante para a Assembleia Legislativa. Trata-se de um momento de interação dos parlamentares junto aos nossos incansáveis Defensores Públicos. Tive o prazer, por ocasião da remessa da lei orgânica, à época, junto ao ex-Governador Itamar Franco, de trabalhar na sua relatoria, quando foi possível apresentar as emendas de autonomia e independência da Defensoria Pública, à qual todos os Deputados indistintamente devotam o maior respeito e, principalmente, a maior gratidão.

Quero ressaltar a importância de um Defensor Público que hoje está longe de sua casa, nos afazeres do dia-a-dia da sua luta e labuta incansável, em defesa daqueles que mais necessitam do aparato jurídico. São eles os nossos incansáveis Defensores Públicos, que, sem dúvida alguma, ao tempo, têm demonstrado a capacidade de trabalho, o respeito à causa pública e, sobretudo, têm garantido o direito daquele que procura e precisa buscar seus direitos na tutela jurisdicional.

Conclamo a todos, Deputadas e Deputados, a comparecer logo mais, às 19 horas, ao lado da nossa querida Deputada Rosângela Reis, nós que já somos Defensores da própria Defensoria Pública há muito tempo.

Vejo aqui o Deputado João Leite, que durante toda essa caminhada sempre usou a sua fala firme e forte em favor da nossa Defensoria Pública. Queremos, com certeza, instalada essa frente parlamentar, trabalhar, discutir, apresentar reivindicações e, juntamente com o governo, fazer com que as reivindicações sejam efetivamente cumpridas, e o serão. Tenho a certeza de que, dentro do balizamento, do trabalho, da capacidade do nosso Governador, não haverá de faltar interlocução em favor dos nossos Defensores.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, meu amigo e companheiro Deputado Dalmo Ribeiro Silva. V. Exa. trata de um tema tão caro para todos nós, o do Defensor Público, esse advogado à disposição da população de Minas Gerais. Lembro-me da legislação que propusemos junto à CPI Carcerária que deu possibilidade de levar a Defensoria Pública, esse advogado, a todas as comarcas do Estado. Agora se constitui, com a coordenação da Deputada Rosângela Reis, a frente parlamentar defendendo e apoiando a Defensoria Pública no Estado.

A Defensoria Pública, nobre colega Deputado Dalmo Ribeiro Silva, está presente, por exemplo, no CIA, chamado Plantão Interinstitucional. Há pouco, ouvimos falar da situação do adolescente que entra em conflito com a lei no Estado. Quanto a essa questão, nunca se fez tanto como no atual governo. Basta lembrar a quantidade de centros construídos para trabalhar com medidas socioeducativas. Não se notam avanços no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas o governo do Estado fez muito, especialmente no que se refere a essas medidas. Pela primeira vez em Belo Horizonte, dispomos de um plantão em que há a presença de um Defensor Público. Então, o jovem, o adolescente retido é conduzido ao Juiz, ao Promotor e ao Defensor Público e imediatamente recebe uma medida para evitar sua permanência por muito tempo no Centro de Internamento Provisório.

O desafio é muito grande, Deputado Dalmo. Veja que a morte ocorrida nesse centro de internamento foi praticada por uma criança de 12 anos. O desafio é levar para outras cidades esse modelo de delegacia especializada para tratar da questão do adolescente. A presença do Defensor é, portanto, fundamental.

A Deputada Maria Tereza Lara abordou a questão de Betim, onde há uma legislação que impede a construção de unidades penais. O desafio do Estado é muito grande, mas pelo menos em Betim o Estado tem conseguido manter um diálogo com a Prefeitura. Estão discutindo agora a instalação de uma delegacia especializada para o adolescente, o que possibilitará à Defensoria acompanhar a situação.

Com muito prazer, acompanho sua manifestação em defesa da Defensoria Pública. Gostaria de trazer aqui o relatório sintético do trabalho realizado por nosso governo e, ao mesmo tempo, de reconhecer que a questão do adolescente é um grande desafio para o Estado, apesar dos avanços que já estamos conseguindo. Parabéns pelo seu pronunciamento, querido amigo e colega de partido. Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva\* - Agradeço-lhe, pois V. Exa. enriquece meu pronunciamento.

Sr. Presidente, tratarei ainda das rodovias federais. Acabamos de ouvir o clamor do Deputado Wander Borges, que falou da BR-381, que, aliás, é denominada Rodovia da Morte, para a qual a Assembleia tem, incansavelmente, buscado ações junto ao governo federal. Eu mesmo já participei de comitê com Ministro e parlamentares desta Casa na busca de ações e recursos para reforma e construção na referida rodovia, onde todos os dias ocorrem mortes, conforme acompanhamos pelos jornais.

Sr. Presidente, por falar em rodovia, quero destacar o estado de calamidade em que se encontra a BR-267, que liga Poços de Caldas a Machado. Uma vergonha. Nesta semana estive na região e, na companhia de vários Prefeitos, percorri esse trecho. Na oportunidade, constatamos o desrespeito com a rodovia e observamos o que ela representa para o Sul de Minas. O Deputado Carlos Mosconi, assim como nós, certa vez usou esta tribuna para também manifestar sua preocupação, agora maior ainda.

Ontem encaminhei um fax ao Ministro dos Transportes, e estamos conclamando toda a região Sul de Minas para iniciarmos uma cruzada a Brasília, com reuniões com os Prefeitos e principalmente com todas as lideranças. O que estamos presenciando e vivenciando é, acima de tudo, o desrespeito à vida. Tenho certeza absoluta de que deve estar se iniciando, hoje ou amanhã, conforme informações que tive do Ministério dos Transportes e do DNIT, uma operação tapa-buracos. Mas não aceitaremos reparos nessa importante rodovia. Os trabalhos já deveriam ter sido iniciados. O Deputado Carlos Mosconi sabe disso muito bem, pois, quando vai para a sua querida Poços de Caldas, ao passar por essa rodovia, gasta 1 ou 2 horas para chegar a sua terra natal. E não é só isso. Já tenho também em mãos um levantamento dos acidentes causados, a pedido de tantas e tantas pessoas que residem em nossa região. Hoje mesmo recebemos vários "e-mails" solicitando providências. Temos de nos unir. A bancada do Sul de Minas, os Deputados Carlos Mosconi, Geraldo Thadeu e outros conhecem muito de perto esse compromisso que temos e esse descompromisso que o governo federal e o DNIT têm para com nossas rodovias. Essa situação tem ceifado a vida de muitas famílias e ocasionado os diversos acidentes que temos presenciado.

Deputado Carlos Mosconi, este é o momento em que cobraremos. Daqui por diante, usaremos esta tribuna diariamente, como já o estamos fazendo, pelas várias manifestações dos Prefeitos, das comunidades e dos Vereadores, para demonstrar, acima de tudo, o desrespeito do governo federal para com as nossas rodovias. Pagamos impostos, então temos o direito de ir e vir. Isso não tem sido possível nas nossas precárias rodovias. Temos vários trechos da 459, perto de Congonhal e Ipiúna, no caminho pelo qual chegamos a Poços de Caldas, em situações difíceis e de transtorno. Não há trafegabilidade. Aliás, esse trecho foi há pouco tempo pavimentado, mas hoje já merece reparos. Não teve nem a vida útil de uma estrada, que é de 15 anos, conforme ações do NTT e do DNIT que determinam a segurança dos passageiros. Mais uma vez, manifesto o sentimento de todos, unindo todos os parlamentares nessa nossa preocupação, a fim de que possamos imediatamente juntar forças, para que a recuperação desses trechos não fique apenas no papel e os recursos sejam liberados. Faremos esta frente em defesa das nossas rodovias.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)\* - Meu caro Deputado Dalmo Ribeiro, aplaudo o manifesto de V. Exa. Também tenho sofrido, como V. Exa., as agruras das rodovias federais no Sul de Minas. O que se vê é um desleixo, um descalabro. É absolutamente inexplicável a situação a que essas rodovias chegaram. V. Exa. citou a rodovia de Machado a Poços de Caldas, a de Poços de Caldas a Andradas e a de Muzambinho a Poços de Caldas. O ex-Deputado Rosemburgo Romano, que aqui nos acompanha, informou-nos, ainda há pouco, que noutro dia ele passou pela querida cidade de Itajubá, indo para Poços de Caldas, e viu que a estrada 459, à qual V. Exa. se referiu, restaurada há pouco mais de um ano, já tem o trecho da Serra de Ipiúna absolutamente intransitável, depois de um ano e meio de ter ficado pronta.

Quero falar a V. Exa. que faremos uma gritaria desta tribuna. Não é possível admitir essa situação. No dia 12 de dezembro do ano passado, com V. Exa., estivemos aqui, em Belo Horizonte, com o Presidente Lula e o Governador Aécio Neves, a quem entregamos a solicitação, por escrito, de que providenciasse a restauração dessas estradas, que estão absolutamente intransitáveis. Até hoje, nada se fez. Ligo para o DNIT todos os dias, para obter informações, e sei que V. Exa. faz o mesmo. O DNIT não dá informações. A última informação que tivemos - e não temos como acreditar mais no DNIT - é de que só falta assinar o contrato. Essa é uma resposta muito vaga. Quando o contrato será assinado?

Na semana que vem, no mês que vem ou no ano que vem? Quando será assinado o contrato?

Não sei, ninguém sabe. Dizem que o dinheiro já chegou, mas nada acontece. O buraco está aumentando a cada dia.

Já estou encerrando, Sr. Presidente. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, informo a V. Exa. que o Prefeito de Poços de Caldas, Paulinho Courominas, pediu-me que solicitasse ao DNIT que Poços de Caldas tivesse o direito de fazer uma operação tapa-buracos dentro dos limites dessa cidade, pelo menos. O DNIT, esnobando, disse que essa não era uma função da Prefeitura, e sim do DNIT. Ora, se o DNIT não está cumprindo com sua função, a Prefeitura fará a obra para beneficiar o povo da cidade, o povo do Sul de Minas. O DNIT, além de inoperante, é soberbo, porque não resolve um problema crucial para a nossa região do Sul do Estado. Somaremos esforços a fim de encontrar soluções para esse problema tão grave do Sul de Minas.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva\* - Muito obrigado, Deputado Carlos Mosconi. Nós nos esforçaremos. Se necessário, cobraremos novamente providências do Ministro. Já nos reunimos, como bem lembrado, com o Presidente Lula, em busca de soluções. Todavia, até o momento, absolutamente nada foi feito. Estamos preocupados. Com certeza cerraremos fileiras para que o governo federal faça sua parte em defesa do Sul de Minas. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ruy Muniz\* - Sr. Presidente, Ss. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, ocupo esta tribuna para mandar um abraço muito especial ao povo de Francisco Sá, de nossa querida Brejo das Almas. No domingo estivemos nessa região durante as eleições municipais. Foi uma campanha muito bonita, a qual mobilizou todos da cidade. Os jovens, as mulheres e os homens participaram de uma eleição transparente e democrática.

Queria mandar um abraço especial ao Vereador e grande líder Denilson. Você não ganhou as eleições dessa vez, mas mostrou que é possível a um homem do povo, simples, de família humilde, participar do processo político, como candidato. Você foi candidato e, em sua campanha, dignificou o nome de Francisco Sá. Mando abraços a todos os que participaram dessas eleições, como ao Ronaldo Ramon e ao nosso querido amigo Doutor Tiburtino. Além disso, também quero congratular-me com quem venceu as eleições. Mando um abraço especial ao Dr. José Mário Pena, a quem desejo ótimo governo. Pode contar com a bancada do Norte. Todos nós, Deputados, queremos ajudar Francisco Sá. Estivemos em lados opostos, mas sabemos que o povo gosta de escolher seu representante e quer resultados. Todos nós, Deputados que participamos da campanha ao lado do Denilson, queremos apoiar Francisco Sá. Colocamos nossos gabinetes à sua disposição, ao nos congratularmos com sua vitória.

Cidadãos de Francisco Sá, a política já passou. O momento agora é de paz, harmonia e trabalho. Vamos construir uma cidade melhor para viver.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Nobre Deputado Ruy Muniz, nesta oportunidade quero felicitar todo o povo de Francisco Sá, da minha querida Brejo das Almas. Aquela campanha foi uma aula de democracia, quando se discutiram os projetos, os rumos e o futuro dessa cidade. Mando um forte abraço ao nosso amigo Denilson, Vereador Denilson; ao grande Baltazar, o Obama do Gorutuba, grande amigo e pessoa maravilhosa, que contribuiu muito em todo o processo; a todos aqueles que estiveram em torno da campanha dos 65 fortes; e a todos os companheiros e Deputados que lá estiveram. Quero felicitar os vencedores, o nosso Prefeito eleito José Mário, a quem quero dizer que as eleições passaram e que agora é hora de trabalhar em prol do povo. A cidade de Francisco Sá precisa reencontrar o caminho do desenvolvimento. É uma das cidades mais importantes do Norte de Minas, feita de um povo maravilhoso, trabalhador, alegre e receptivo. Fiquei muito feliz, Deputado Ruy Muniz, em poder conhecer de perto aquele povo, aquela gente trabalhadora do campo, da zona rural, e também o pessoal da cidade e a juventude de Francisco Sá, que teve um papel destacado em termos de renovação, de mostrar que é possível fazer diferente. Foi uma grande vitória. Todos saíram vitoriosos. A democracia é assim, uma caminhada permanente. Gostaria de colocar o nosso mandato à disposição do povo de Francisco Sá, para continuarmos defendendo mais investimentos e melhorias para sua população. Parabéns a todos vocês. Felicidades, Denilson. Felicidades, povo de Francisco Sá.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Também gostaria de trazer as minhas considerações sobre a belíssima eleição realizada em Francisco Sá. Uma verdadeira festa da democracia. Eleição, Deputado Carlin Moura, que me lembrou as eleições de 1989, quando o Lula estava apenas com o PCdoB e com o PSB. Uma eleição da militância, da juventude, em que destacamos duas pessoas simples, pessoas do povo, o Denilson e o meu amigo e companheiro Baltazar, do PT, que fez bonito na sua região do Catungui, onde aconteceu uma ampla frente. Faltou pouquinho, mas, como V. Exa. falou e o Deputado Ruy Muniz também tem dito muito bem, todos saíram ganhando. Foi uma festa da democracia, uma experiência muito boa. Tenho certeza de que esse grupo vai continuar unificado, porque, juntos, temos ainda muito a fazer pela cidade de Francisco Sá. Estamos lá para ajudar a cidade e contribuir para o seu desenvolvimento. Gostaria ainda de parabenizar toda a militância do PCdoB, do PT e de todos os partidos aliados que ajudaram nessa campanha.

O Deputado Ruy Muniz\* - Muito obrigado. Gostaria de agradecer a paciência da Mesa e mandar um abraço ao nosso querido candidato a Vice-Prefeito, Baltazar. Um abraço, Francisco Sá. Valeu, obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente Hely Tarquínio, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários da Casa, membros da imprensa, também venho aqui cumprimentar um Prefeito eleito neste domingo: Rozinê Sena, ex-Prefeito de Fronteira dos Vales, que tentou a reeleição, foi sufocado pelo volume de dinheiro e de corrupção eleitoral, mas a eleição foi cancelada pelo TRE-MG. Na nova eleição realizada, Rozinê Sena sai brilhantemente vencedor, superando as dificuldades financeiras. Ex-Prefeito, homem pobre e dedicado, que tem escritório de contabilidade em Teófilo Otôni para dar apoio aos Municípios, foi candidato mais por imposição dos seus amigos - entre os quais eu mesmo -, que lhe pediam para voltar, para que Fronteira dos Vales tivesse uma boa administração, como tinha tido em sua gestão. A vitória veio, e queremos cumprimentar Rozinê Sena e todos os companheiros de Fronteira dos Vales, dizendo que acompanhamos de longe esse processo. Vários Deputados Estaduais lá estiveram dando apoio ao candidato de oposição. Mesmo assim, Rozinê Sena superou todas as dificuldades e acabou eleito. Em abril, vamos dar-lhe posse e estaremos lá para fazer a festa, porque a cidade merece um governo diferenciado.

Sr. Presidente, minha presença em Plenário hoje é apenas para fazer um agradecimento, pois o mais arrojado projeto social do planeta vai acontecer agora nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. (- Lê:)

"Quando começamos a discutir nesta Casa, em 2007, o projeto de lei que criava a Copanor, sabíamos que se tratava do maior projeto de saneamento básico da história de nossa região. Depois, descobrimos que era o maior de todo o Brasil. Mas, ao consultar os organismos internacionais, veio a surpresa: trata-se do maior projeto de saneamento básico em região carente de todo o planeta, em qualquer país do mundo. É uma felicidade, Sr. Presidente, ter participado dessa luta, aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Em nenhum país do mundo aconteceu uma obra desse porte em regiões similares aos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. São mais de 600 localidades que receberão sistema de água e esgoto tratados, acompanhado de módulos sanitários com banheiros e tanques de lavar roupa. São localidades quase sempre isoladas, onde vivem pouco mais de 200 pessoas, ou cidades com até 5 mil habitantes, em algumas das regiões mais carentes do nosso país: o Vale do Jequitinhonha, onde nasci; o Vale do Mucuri, que tento representar nesta Casa com vigor, carinho e muito amor; e o

Norte de Minas - Taiobeiras e Montes Claros -, onde sempre viveu a família de minha mãe.

Enternecido e com a alma plena de gratidão, quero agradecer, em primeiro lugar, aos colegas Deputados e Deputadas, por terem aprovado a proposição em menos de três meses de tramitação - foi o projeto que tramitou mais depressa nesta Casa. Em segundo lugar, aos parlamentares do Norte de Minas, por consentirem que a sede da Copanor ficasse em Teófilo Ottoni. Por fim, quero agradecer, em nome dos heróicos habitantes do Mucuri, do Jequitinhonha e do Norte de Minas, ao Governador Aécio Neves. A Copanor só poderia nascer de uma alma nobre, do gesto de um estadista, da compreensão de um homem que encontrei, muitas vezes, coberto de poeira ou com os pés sujos de lama, nas difíceis estradas de terra de nossa região, nas várias campanhas políticas que disputamos, quase sempre em trincheiras opostas.

Hoje, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, aquelas estradas intransitáveis do Jequitinhonha e do Mucuri, por onde andaram Tristão da Cunha, Aécio Cunha, Tancredo Neves e Aécio Neves, estão cobertas pelo asfalto do Processo. Pela primeira vez em nossa história, nossos Municípios passaram a receber verbas do Estado para o transporte escolar. O Projeto Travessia está beneficiando nada menos do que 27 cidades de minha região, entre as 35 comunidades contempladas. O Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR - está beneficiando diretamente milhares de famílias de agricultores.

Mas, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, as obras da Copanor são a mais profunda ação de proteção da saúde de nosso povo, porque naquela região mais de 60% das doenças são de origem hídrica ou decorrentes de esgoto a céu aberto. A receita dos nossos Municípios jamais permitiria que nossos Prefeitos investissem tão fortemente em saneamento básico. É uma região de subsolo rico e inexplorado, que não gera receita para os cofres municipais. A atividade econômica nesses Municípios se restringe à agricultura de sobrevivência e à produção de leite, que não geram excedente exportável. Os nossos Prefeitos sofrem a consequência da indigência financeira.

A Copanor - e sei que falo aqui também em nome dos Prefeitos da minha região - é quase uma dívida dos céus, é a obra mais profundamente humana e cristã que qualquer governante poderia realizar. Obrigado, Governador. Que Deus ilumine todos os seus roteiros. Parabéns, Governador, por ter escolhido homens como Márcio Nunes para o comando da Copasa e Márcio Kangussu para a Presidência da Copanor. A sensibilidade desses dois homens fê-los compreender, em toda a sua extensão, a grande obra humanística que V. Exa. a eles delegou. O projeto da Copanor merece e precisa ser exportado para os países pobres da África, mas especialmente para o Nordeste brasileiro, onde milhões de pessoas ainda não conhecem o arrojo e a tenacidade de um governante como V. Exa."

Sr. Presidente e Srs. Deputados, pela primeira vez, ocupei esta tribuna lendo um pronunciamento. Fiz questão de medir cada palavra para demonstrar, de forma bastante clara e objetiva, a gratidão de um político que viveu a vida inteira na região do Mucuri e do Jequitinhonha e que pela primeira vez, ao longo de 30 anos, encontra um governo que, de fato, investe fortemente na região para reduzir sua desigualdade perante as demais regiões de Minas Gerais.

Estou tranqüilo porque parece que, intimamente, há uma luz ao meu redor criando uma auréola de satisfação e felicidade, em função de tanta coisa que já foi feita em nossa região por este governo. Por isso esse pronunciamento escrito, para que não esquecesse tudo o que queria falar. Aqui vai minha homenagem e meu agradecimento. O meu muito obrigado, de coração, ao Governador Aécio Neves.

O Deputado Weliton Prado\* - Quero saudar todos e todas. Estava participando de uma coletiva com a imprensa e o Sindicato dos Eletricitários - Sindieletro - e discutindo a consulta pública da Agência Nacional de Energia Elétrica em relação à Resolução nº 456, da Aneel, que trata das condições para o fornecimento de energia e do direito dos consumidores. A Aneel está aumentando em 150% o valor das multas, um verdadeiro absurdo, que, no nosso posicionamento, fere o Código de Defesa do Consumidor. Um aumento totalmente desumano, passando de 2% para 3%.

Outro ponto que gostaríamos de trazer hoje, Sr. Presidente, é a cobrança ilegal pelo tratamento de esgoto sem a devida prestação do serviço. Estamos entrando com uma enxurrada de ações em todo o Estado de Minas Gerais. A Copasa, além de praticar uma das tarifas mais caras do País e de realizar reajustes sucessivos de forma ilegal, vem cobrando indevidamente dos consumidores, em diversos Municípios, tarifas pelos serviços de esgoto sanitário sem efetivamente realizá-los. Isso é um absurdo.

Dou o exemplo de Belo Horizonte. Quem lembra que a Lagoa da Pampulha abastecia Belo Horizonte de água? Era assim no passado. Por que hoje a Lagoa da Pampulha não oferece mais o abastecimento de água para a população de Belo Horizonte? Porque a água está totalmente imprópria para o consumo. A água da Lagoa da Pampulha hoje não tem condições de ser utilizada para consumo porque o esgoto é jogado lá. Infelizmente, há muitos e muitos anos, a população vem pagando pelo tratamento de esgoto que não tem. Não se pode cobrar por aquilo que efetivamente não é prestado. A Copasa não só não fornece o tratamento de esgoto e não o oferece em muitos Municípios, mas ainda cobra pelo serviço. A empresa detém a concessão do abastecimento de água em 611 dos 853 Municípios. Na maioria dos Municípios de Minas Gerais, o serviço de água e esgoto é feito pela Copasa, apesar de não oferecer o serviço de esgoto e cobrar por ele. Menos de 30% desses 611 Municípios têm esgotos sanitários. A empresa cobra pelo serviço sem realizar efetivamente o tratamento do esgoto coletado. E o que é pior, além de prejudicar o bolso dos consumidores, pergunto: quando não há o tratamento, para onde vão os esgotos sanitários das cidades? Para os córregos, os rios, os lagos. Em muitos casos, o esgoto corre a céu aberto. A Copasa então viola frontalmente o direito ao meio ambiente ecologicamente correto da sua família e das gerações futuras. Não podemos permitir esgoto sendo jogado nos córregos, nos lagos, nos rios e correndo a céu aberto nas ruas. Em muitos Municípios, ela despeja, sem tratamento, os esgotos sanitários em córregos, em cursos d'água que atravessam as cidades. Tanto o ar quanto as águas sofrem com a poluição. A população sofre ainda com o mau cheiro exalado e com o aumento dos riscos à saúde, o perigo em relação às doenças. Então a Copasa é a grande vilã, inclusive institucional, da poluição do meio ambiente em Minas Gerais. É uma grande contradição, ao contrário das divulgações oficiais publicadas por essa empresa. Não há dúvida de que ela é hoje uma das grandes vilãs do meio ambiente no nosso Estado, pois não realiza o tratamento adequado do esgoto. E Minas Gerais tem água em abundância. Infelizmente, não temos água para beber, água tratada em abundância porque a própria Copasa joga o esgoto nos rios, nos lagos e nos córregos, ajudando a poluir, em vez de fazer o tratamento desse esgoto.

Se verificarmos os lucros que a Copasa está recebendo nos últimos anos, veremos que são realmente exorbitantes, com altas tarifas - aliás, uma das mais caras do Brasil.

Em 2008, o lucro líquido da empresa foi de R\$349.000.000,00 apenas nos nove primeiros meses do ano, um crescimento de 23%. Todavia, em vez de beneficiar a população e investir os lucros obtidos no sistema de tratamento de esgoto nos Municípios no qual a Copasa atua, os lucros, na sua grande maioria, vão para os acionistas, muitos dos quais bancos e fundos de pensão no exterior. Em menos de seis anos, sabe quanto foi distribuído de dividendos para esses bancos e acionistas? Mais de R\$600.000.000,00 foram distribuídos a investidores e acionistas. De 2006 para cá, enquanto a tarifa de água e esgoto chegou a subir mais de 45%, foram distribuídos R\$246.000.000,00 em dividendos pela Copasa. Portanto o consumidor tem sido onerado de forma excessiva e abusiva em relação às altas tarifas e, ainda, com uma cobrança indevida por um serviço que não é prestado. A Copasa cobra pelo serviço de esgoto que, na prática, não é ofertado. Qual tem sido a alternativa da população? Pagar a conta, senão sua moradia ficará sem o abastecimento de água. E ainda é bitributação, porque é obrigatório pagar a conta de água e de esgoto, mesmo que esse serviço não esteja sendo oferecido. A empresa vincula a cobrança de esgoto com a de água. Se não pagar, a população fica sem a água; se atrasou, a empresa não tem dó e corta o abastecimento.

O consumidor só deveria pagar pelo serviço que lhe foi prestado. Quer dizer, a Copasa só deveria fazer a cobrança se realizasse o serviço. A empresa não trata o esgoto, como também não oferece a implementação integral do sistema, mas a cobrança é realizada. De certa forma, o serviço de tratamento de esgoto oferecido hoje pela Copasa é virtual, pois fere o bolso do consumidor e o Código de Defesa do Consumidor, ou

seja, os direitos garantidos na Constituição Federal e no Código Civil. Em Minas Gerais, fere também a Lei nº 11.445, de 2007. Não existe uma agência para regular o setor. A Copasa vem enriquecendo à custa dos consumidores e distribuindo lucros aos acionistas. E quem paga a conta é a população do Estado.

Além disso, como a própria Copasa assume, o cidadão pode optar por não utilizar o serviço virtualmente oferecido pela empresa, uma vez que há moradores que possuem fossas sépticas próprias. Isso ocorre com mais frequência nas residências rurais e nas comunidades pequenas, evitando o lançamento de esgoto nas águas das propriedades próximas. Esse é o grande problema. Aliás, estive recentemente com o Vereador Marcílio, em Carbonita, onde assinamos uma representação na Justiça em relação àquele Município. A Copasa começou a realizar os trabalhos nessa cidade, deixando-a como um queijo suíço. A cidade está totalmente esburacada, e a população pagando pelo tratamento de esgoto sem ter direito a ele.

Portanto a questão é realmente muito séria. Ficamos felizes de ver a determinação judicial que proíbe a Copasa de aumentar o valor da conta de água. Essa empresa queria um aumento agora, a partir de março, de 8,65%. Se compararmos, seria o maior aumento nos últimos anos. Entramos com três representações no Ministério Público. Uma delas culminou numa liminar suspendendo o aumento do valor da água justamente porque, em Minas Gerais, não há uma agência para regular o setor. A própria Copasa é que praticamente define o valor a ser reajustado.

Esperamos que, no mérito, essa ação seja julgada em defesa dos consumidores. No STJ, a Copasa perdeu mais uma liminar. Portanto, estamos esperançosos.

Conversei com o Promotor Antônio Baeta, a quem parabeno. Ele esteve presente na audiência pública realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor. Realizaremos outras audiências, e sua presença já foi garantida.

a mobilização popular é muito importante. O nosso mandato tem o compromisso de intensificar os trabalhos em relação à fiscalização do tratamento de esgoto. Solicitamos a todos os Vereadores e entidades que tiverem dados sobre o assunto que os enviem ao nosso gabinete. Faremos um mapeamento da realidade em todo o Estado, apontando as cidades onde não há tratamento de esgoto. Fiscalizaremos o caso de Belo Horizonte, que é muito sério; fiscalizaremos a situação da Lagoa da Pampulha. A Copasa não renovou o contrato de continuação das obras em Contagem. Se isso não ocorrer, não será possível tratar o esgoto na Região Metropolitana. Fazemos essa denúncia aqui.

Vamos continuar entrando com ações na Justiça. Nas cidades onde a população paga pelo tratamento de esgoto, mas o serviço não é prestado, poderemos entrar com ações. Quem tiver informações sobre o assunto pode procurar o nosso gabinete, que tomaremos providências. Já existe determinação judicial em várias cidades, como Montes Claros e outras localizadas no Sul de Minas e no Triângulo. O importante é mobilizar. Precisamos de informações.

Quanto à consulta pública da Aneel, é muito importante que a população participe. Todo cidadão pode pronunciar-se contrária ou favoravelmente ao aumento da multa por atraso na conta de luz após 30 dias, de 2% para 5% - aumento de 150%. O prazo da consulta pública é dia 27. Solicitamos uma prorrogação, porque a população realmente não tem informação. A Cemig não tem justificativa, tendo em vista que penaliza ainda mais o consumidor em momento de crise como o que vivemos. O índice de 2% é muito mais alto do que o do rendimento da caderneta de poupança. A empresa não conseguirá esse lucro em lugar algum. A população paga a conta, mas, se atrasar, tem de pagar 2% de multa. Agora, a Cemig não está satisfeita apenas com 2%, quer 5% de multa após o atraso de 30 dias. Se o consumidor tem dificuldade para pagar a conta, e às vezes a paga com multa de 2%, terá mais dificuldade ainda para pagá-la com multa de 5%.

Os jornais mostram o balanço da Cemig referente ao ano de 2008. Os lucros cresceram 8,28%, totalizando R\$8.800.000.000,00. Sabem quanto foi distribuído aos acionistas de 2003 para cá? Mais de R\$7.000.000.000,00. Além disso, R\$5.000.000.000,00 foram destinados ao capital internacional. É muito injusto que, pelo suor do trabalhador mineiro, que está penalizado, isso esteja acontecendo. Por isso, a mobilização é importante. Da mesma forma como a população participou da campanha pela redução da conta de luz em Minas Gerais e enviou propostas - conseguimos uma redução de 17% -, também é importante que se dirija à Aneel solicitando que o aumento de 150% por atraso na conta de luz não seja efetivado.

Vamos continuar intensificando os trabalhos no que diz respeito à fiscalização do tratamento de esgoto e às taxas cobradas pela Copasa.

\* - Sem revisão do orador.

20ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 25/3/2009

O Deputado Paulo Guedes\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente nas galerias, mineiros que nos acompanham de várias cidades de Minas pela TV Assembleia, quero, neste momento, usar desta tribuna para fazer um agradecimento ao Secretário de Cultura de Minas Gerais, Dr. Paulo Brant, que, atendendo a nosso pedido, esteve comigo no dia 13 deste mês na cidade de Matias Cardoso, quando visitamos a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, primeira igreja a ser construída em Minas Gerais. Essa visita foi para nós, do Norte de Minas, muito importante porque Matias Cardoso, de fato, é a primeira freguesia de Minas Gerais, a primeira vila e a primeira Capital. Infelizmente, tudo isso ficou perdido no tempo e esquecido pela história. Como disse, essa visita foi de fundamental importância para todos nós, mas principalmente para o Movimento Catrumano, que visa resgatar a verdadeira história do Estado de Minas Gerais. Minas são muitas, e o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e as regiões que constituem os Campos Gerais ficaram um pouco esquecidos não apenas nos livros de História, mas também nas ações governamentais. Essa visita objetivou ainda que o Secretário de Cultura também abrace a bandeira da restauração da nossa linda igreja, uma belíssima obra de arte, um tesouro do nosso patrimônio cultural, a qual está abandonada. Sua última restauração ocorreu há 100 anos. Ao ver tudo aquilo de perto, nosso Secretário Paulo Brant comprometeu-se com nossa causa, qual seja angariar os recursos necessários para restaurarmos a igreja. Há um projeto de lei tramitando nesta Casa para reconhecer Matias Cardoso como a Capital dos Gerais. Se temos Mariana como a Capital das Minas, Matias Cardoso seria, de fato, a Capital dos Campos Gerais. Portanto, isso é de fundamental importância para toda a nossa região, para todo o povo catrumano, para todo o povo norte-mineiro. Fica aqui nosso agradecimento, mais uma vez, ao Secretário Paulo Brant. Estamos na torcida, esperando que ele, por meio da Secretaria de Cultura, nos auxilie, primeiro, na restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, e, depois, nessa luta do Movimento Catrumano para reconhecer Matias Cardoso como a Capital das Gerais. Concedo, com muito prazer, aparte à nossa Deputada Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura.

A Deputada Gláucia Brandão (em aparte)\* - Querida parabeno nosso colega pela sua fala, pela preocupação com essa cidade histórica, berço da civilização das Gerais. Tivemos oportunidade de fazer uma audiência pública com a Comissão de Cultura e testemunhamos a necessidade da restauração da igreja sob comento. Parabeno V. Exa. pela preocupação com esse patrimônio histórico, cuja preservação e manutenção são de nossa responsabilidade. Também parabeno nosso Secretário pela disponibilidade para percorrer nossas Minas Gerais, os rincões de Minas, para, "in loco", verificar a necessidade de destinação de recursos para preservação do nosso patrimônio histórico. Nesta oportunidade, Deputado Paulo Guedes, gostaria de registrar o lançamento ontem, pelo Governador Aécio Neves, do Programa Música Minas. Tal Programa é fruto de trabalho conjunto entre o segmento musical, o Fórum de Música de Minas Gerais e a Secretaria de Cultura e tem como principal

objetivo divulgar e valorizar, no Brasil e no exterior, a música produzida em Minas, revelando sua rica diversidade. O Programa terá um núcleo gestor composto por representantes da Secretaria de Educação e pelas associações que lidam com a música em Minas Gerais - Associação Artística dos Músicos de Minas Gerais, Associação dos Amigos do Museu Clube da Esquina, Circuito Mineiro de Música Independente, Cooperativa da Música de Minas e Sociedade Independente de Música -, além de contar, também, com a parceria valorosa do Sebrae como orientador do processo de profissionalização dos músicos. Um projeto muito interessante, para o qual o Governador Aécio Neves, com sua sensibilidade, destinou mais de R\$1.500.000,00, a fim de cobrir despesas com equipamentos, locomoção, hospedagem e alimentação dos artistas. O edital, de circulação nacional, está lançado, e as inscrições estarão abertas do dia 13 de abril a 15 de maio. Todos os músicos que residem em Minas Gerais há pelo menos dois anos poderão participar. Fica feito o convite a todos que nos acompanham pela TV Assembleia para participar desse Programa Música Minas, a fim de valorizarmos e divulgarmos o talento dos produtores culturais e das pessoas que trabalham na área da música. Queria, finalmente, parabenizar o nosso Governador e o nosso Secretário por mais essa iniciativa de valorização da cultura de Minas Gerais.

O Deputado Paulo Guedes\* - Muito obrigado, Deputada Gláucia Brandão. Precisamos muito do seu apoio na Comissão de Cultura, da qual também faço parte, para avançarmos ainda mais nas conquistas para a cultura do povo de Minas Gerais.

Outro assunto que trataremos é do Plano Nacional de Habitação Popular, lançado hoje pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no qual o governo pretende investir R\$34.000.000.000,00 para a construção de 1 milhão de casas. Um programa arrojado, um programa corajoso, e só temos a agradecer ao Presidente Lula a coragem, a determinação que vem tendo no seu governo, desde o início do primeiro mandato, em rever uma série de procedimentos que colocou o Brasil na rota do crescimento. Graças a programas como esses - lançados pelo Presidente Lula - é que estamos vencendo hoje a crise instalada no mundo inteiro. O Brasil é hoje o País mais preparado para enfrentar essa gigantesca crise. Tudo isso porque o Presidente Lula e sua equipe econômica fizeram o dever de casa: prepararam o Brasil para o crescimento e hoje lançaram o pacote que prevê investimento de R\$34.000.000.000,00, dos quais R\$16.000.000.000,00 serão destinados à construção de 400 mil moradias para quem ganha de 3 a 6 salários mínimos, e 200 mil para quem ganha de 6 a 10 salários mínimos. Com certeza, será um plano muito ambicioso, tão importante quanto foi e é o programa Bolsa Família, o programa Luz para Todos - que mudou a realidade de quem vive no campo no Brasil -, o ProUni, o Pronaf e tantos outros planos lançados pelo governo do atual Presidente. Esse projeto da construção de moradias aliado ao PAC dará ao País estrutura para enfrentar a crise e gerar empregos e oportunidades. Nós, do PT, temos grande orgulho do nosso Presidente, que tem os pés no chão, é arrojado e corajoso e tem enfrentado todas as críticas e até, de certa forma, oposição muito dura. No entanto, os números estão aí para todos verem. O Brasil é hoje outro país. Gerou mais de 10 milhões de empregos nos últimos cinco anos, além de uma revolução na área social e oportunidades na saúde e na educação. Fica aqui, mais uma vez, o nosso agradecimento ao Presidente Lula e à Ministra Dilma Rousseff. Esta, com todo o seu jeito e sua forma de administrar, vem, ao lado do Presidente, lançando mão de toda a sua experiência administrativa para que ele consiga realizar grandes projetos, como os que estamos vendo hoje no Brasil. Portanto, ressalto que esse programa é de fundamental importância, tendo em vista que vivemos um problema muito sério na área habitacional brasileira. Muito já foi realizado nos últimos cinco anos, mas esse projeto vem na hora certa. Precisamos aquecer nosso mercado interno, e tenho certeza de que vamos, junto à base aliada do governo federal, contribuir para que os Governadores, os Prefeitos e a sociedade civil organizada façam sua parte com vistas a que esse projeto saia, de fato, do papel.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)\* - Deputado Paulo Guedes, o pronunciamento de V. Exa é pertinente para o momento que vivemos hoje.

Disse aqui, ontem à noite, que o governo do Presidente Lula está enfrentando a crise com muita sabedoria, fazendo investimentos. Também falei e falarei agora novamente, até para alertar um pouco a imprensa, sobre o que o Lula tem feito em Minas Gerais: a duplicação da BR-262, rumo ao Triângulo Mineiro. Para o primeiro lote, a duplicação abrange 90km. Você não vê uma linha na imprensa, e não é invenção ou sonho de que a obra vai começar, porque ela já foi iniciada, isto é, ela já está em andamento, de vento em popa. São três lotes, três consórcios grandes, que vão fazer esses 90km até Nova Serrana, que é a primeira etapa da obra. Além do mais, existe o sonho de se levar essa duplicação ao Triângulo Mineiro, mas isso não é noticiado. Aproveite este momento para dizer isso, já que hoje as pessoas estão badalando a questão das moradias, que é um projeto correto e certo. É exatamente aí que vamos enfrentar e ganhar a crise. O Brasil vai vencer essa crise, como também está fazendo outros investimentos na parte de infra-estrutura.

Deputado, digo isso apenas como um alerta e para mostrar aos que nos estão ouvindo que Minas ganhou uma obra grande; por outro lado, não vemos o governo do Estado participar, nem mesmo quando o Ministro dos Transportes veio a Minas Gerais para ver o projeto. Não houve participação da Secretaria de Transportes de Minas Gerais, no entanto a obra está indo de vento em popa. É a nossa região, de Betim a Nova Serrana, que merece ser destacada e lembrada, para que o povo mineiro entenda que o Presidente Lula, com todas as dificuldades por que o mundo está passando, continua acreditando e dando esse alento ao nosso povo.

O Deputado Paulo Guedes\* - Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio. Vale lembrar também que o governo federal dará ordem de serviço nos próximos dias. Há ainda duas obras muito importantes para Minas Gerais, que é a readequação da BR-135 no trecho que vai de Montes Claros ao trevo de Curvelo, bem como no de Itacarambi, Manga a Montalvânia, na divisa com a Bahia. Esses trechos estão apenas aguardando a licença ambiental do Ibama para que essa obra, tão sonhada na região, seja anunciada. É importante lembrar ainda que são mais de R\$1.000.000.000,00 que o governo está investindo nas obras de revitalização do Rio São Francisco em Minas Gerais, para a construção de redes de tratamento de esgoto em várias cidades ribeirinhas da nossa região.

Agradeço e encerro o meu pronunciamento.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Zé Maia\* - Antes de iniciar o meu pronunciamento, concedo aparte ao Deputado Gustavo Valadares, para que faça uma comunicação inadiável.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Deputado Zé Maia, agradeço-lhe de antemão a concessão do aparte antes mesmo de V. Exa. iniciar o seu pronunciamento, apenas para parabenizar, em nome desta Casa, o Clube Atlético Mineiro, que hoje completa 101 anos. Estendo a minha homenagem a todos os atleticanos porque, no ano passado, aprovamos aqui um projeto de lei estabelecendo o dia 25 março como o Dia do Atlético. Dessa forma, parabenizo o Clube Atlético Mineiro pelos seus 101 anos e aos atleticanos pelo Dia do Atlético. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Zé Maia\* - Deputado Gustavo Valadares, o Atlético, além de aniversariar hoje, também se fará presente na nossa região, no Pontal do Triângulo Mineiro, em Ituiutaba, por isso temo que o seu aniversário não seja tão festivo, já que o time de Ituiutaba está indo muito bem no Campeonato Mineiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, o que nos traz hoje a esta tribuna, prezados Deputados Rêmo Aloise, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, é a manchete do jornal paulista "Folha de S. Paulo", que traz uma pesquisa do Instituto Datafolha, que, na verdade, é uma grande notícia não só para o povo mineiro, mas também para o Brasil, quando anuncia que Aécio Neves lidera o "ranking" de Governadores dos nove maiores Estados da Federação, mais o Distrito Federal. Para nós, que assistimos ao governo Aécio Neves, essa manchete não é nenhuma surpresa. Aliás, Deputado Lafayette de Andrada, o jornal e a pesquisa fazem justiça ao Governador Aécio Neves, pois agora o Brasil começa a conhecer o extraordinário trabalho que ele e sua equipe vêm fazendo em Minas por seis anos. Portanto, essa é uma matéria que traz muita alegria para nós.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Deputado Zé Maia, para nós, mineiros, que sabemos da competência do Governador Aécio Neves no trato da coisa pública, essa boa notícia que V. Exa. nos traz não é surpresa. Mas é importante sublinhar que essa matéria foi destaque na "Folha de S. Paulo", jornal que, como vimos percebendo nos últimos meses, tem tido certa má-vontade com o governo de Minas. Atitude justificável, pois pretendem, na medida do possível, fazer elogios ao governo de São Paulo, do Governador José Serra - um excelente governo, não se discute -, mas tentando sufocar o, como todos sabemos, espetacular governo de Aécio aqui em Minas Gerais. De qualquer forma, não foi possível ao jornal "Folha de S. Paulo" refutar os fatos, porque contra fatos não há argumentos; tiveram de se curvar à realidade e mostrar, estampado em notícia grandiosa, que Aécio Neves é o Governador mais bem avaliado, mais querido e com mais popularidade no País, graças ao seu excelente governo. Em que pesem a alguns pequenos suspiros da Oposição, que eventualmente tenta fazer uma ou outra crítica, são críticas que vão inteiramente contra a corrente popular que aplaude de maneira inexorável o governo Aécio Neves.

Eram essas as minhas palavras, parabenizando V. Exa. pela lembrança que trouxe a esta Casa Legislativa.

O Deputado Zé Maia\* - Agradeço ao Deputado Lafayette de Andrada, que vem enriquecer o nosso pronunciamento. Vendo aqui o Deputado Carlos Pimenta, quero destacar que Minas Gerais, sem dúvida, é o Estado da Federação que mais se parece com o Brasil: temos regiões produtivas e áridas, mais ricas e mais pobres, e uma extensão territorial equivalente à da França. Portanto, são enormes os desafios para quem quer que seja o seu Governador. Mas, como se diz popularmente, eu já sabia que Aécio Neves era o Governador mais bem avaliado do nosso país. De forma que o jornal "Folha de S. Paulo", como disse o Deputado Lafayette de Andrada, não teve como fugir dos fatos inexoráveis que colocam o Governador Aécio Neves nessa posição.

Isso é importante porque estamos em época de discussão das prévias no PSDB, cuja possibilidade de realização foi confirmada ontem pelo TSE. Espero que o PSDB permita que Aécio Neves debata suas opiniões, no partido e fora dele, e mostre todo o trabalho que vem fazendo em Minas Gerais, toda sua experiência e trajetória política - tanto como um dos maiores herdeiros da melhor política nacional quanto com a experiência acumulada nos vários mandatos que teve como Deputado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e, por duas vezes, Governador de Minas Gerais. O PSDB não pode fugir ao seu papel de permitir que homens do calibre do Governador Aécio Neves tenham o direito de levar a todos a sua mensagem, mostrar o seu trabalho, a sua visão de futuro e o que pretende para o Brasil. É fundamental que o PSDB realize as prévias da forma mais ampla e democrática possível, para que, no partido, todos que queiram concorrer à Presidência da República possam mostrar, de forma tranqüila e transparente, todo o seu potencial. Isso será muito importante para o PSDB, mas mais importante ainda para o Brasil, até porque, Deputado Neider Moreira, na escolha de um candidato à Presidência da República, que tantas decisões irá tomar para o bem do povo, é fundamental que se tenha um criterioso processo, que se inicia no próprio partido, a exemplo do que assistimos nas eleições americanas: para que um Presidente se eleja nos Estados Unidos, passam-se mais de dois anos entre as pré-campanhas e a campanha eleitoral.

É importante haver prévias, pois, tendo apenas três meses para escolher um Presidente da República, o processo de escolha é muito arriscado. Já tivemos, no passado, escolhas precipitadas. Por jogada de "marketing", acaba-se fazendo uma bela campanha e elegendo um Presidente da República, sem dar ao povo a tranqüilidade de fazer amplo e profundo debate para que se conheçam verdadeiramente os candidatos a Presidente da República do Brasil, um País extraordinário como este, um País rico, de grande diversidade e com potencial enorme. Temos que ter cuidado e critério para que possamos fazer uma grande escolha, pois somos reféns das nossas escolhas. Quando escolhemos um grande governante, o povo ganha; quando erramos nas nossas escolhas, o povo paga com as decisões erradas do governante. Portanto, o que nós estamos vendo é que o PSDB caminha e o Presidente nacional do partido, Senador Sérgio Guerra, tem dado demonstrações claras de que irá fazer as consultas prévias ao PSDB em todas as unidades da Federação. Isso é fundamental para a transparência e para que tenhamos um processo democrático cada vez mais consolidado no nosso país.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputado Zé Maia, não poderia deixar de parabenizá-lo por trazer essa boa-nova publicada pelos jornais de São Paulo, tendo em vista o espírito de governança, de austeridade e de grande conhecimento da causa pública do nosso comandante maior, o Governador Aécio Neves.

V. Exa. faz uma convocação e uma reflexão importante, partindo não somente do nosso PSDB, mas de Minas Gerais. Temos essa visão clara, consubstancial e vigorosa de que nosso Governador já desponta, não somente pelo seu espírito de liderança, mas por ser o melhor Governador deste país, que está apto a disputar a Presidência da República. No ano que vem, ao completar o centenário de Tancredo Neves, Minas vai oferecer o novo Presidente da República, nosso Governador Aécio Neves. Com certeza, vamos conclamar os mineiros e brasileiros nesse espírito extraordinário do nosso Governador Aécio Neves. Parabéns a V. Exa., que, pelo seu espírito de grande liderança no Triângulo, será a voz maior dos mineiros em defesa da candidatura do nosso Governador à Presidência da República.

O Deputado Zé Maia\* - Obrigado por suas palavras, sempre sóbrias e equilibradas, que enriquecem nosso pronunciamento. Concedo aparte ao Deputado Ruy Muniz, da nossa Montes Claros, no Norte de Minas.

O Deputado Ruy Muniz (em aparte)\* - Deputado Zé Maia, faço nossas, do DEM, as palavras de V. Exa. Gostamos muito do Governador Aécio Neves e, como todos os mineiros, sabemos que ele merece e será nosso futuro Presidente da República. Na semana passada a direção nacional do DEM procurou o Governador e expôs a perspectiva de apoio à sua candidatura pelo PSDB. Somos nove Deputados na Assembleia e estamos unidos nessa perspectiva. Hoje todos viram na "Folha de S. Paulo" a posição de destaque do nosso Governador. Já não é só Minas que reconhece Aécio como grande gestor público, mas a imprensa nacional. A candidatura de Aécio já não é apenas do PSDB, mas de todos os partidos da base, e em Minas Gerais 90% da população fechará com ele. Se os paulistas não nos respeitarem, dificilmente levarão as eleições, porque Minas quer muito ter o Presidente da República, e nosso candidato é Aécio Neves. Parabéns a V. Exa. por trazer notícias tão relevantes à nossa Assembleia. Obrigado.

O Deputado Zé Maia\* - Agradeço, Deputado Ruy Muniz, e quero dizer que o DEM tem um histórico importantíssimo na história partidária do País e, sem dúvida, será um partido decisivo nas eleições de 2010. Agradeço o aparte de V. Exa. e concluo dizendo que o processo das prévias, imagino eu, saiu de Minas Gerais, como aliás Minas Gerais tem sempre saído na frente, inovando. O Governador Aécio Neves tem conteúdo e sabe que tem o que mostrar País afora. Portanto, o nosso apelo ao PSDB, ao TSE, para que faça das prévias o mais amplo debate possível, para que o povo tenha participação efetiva na escolha dos candidatos. Acho que é chegado o momento em que as decisões não podem partir apenas dos palácios; precisam, sobretudo, partir da população, do sentimento do povo. As prévias, as primárias que escolherão o candidato do PSDB à Presidência da República têm esse papel relevante, democrático, fundamental para o nosso país.

Encerro minhas palavras cumprimentando o Governador Aécio Neves pela sua gestão, reconhecida hoje nacionalmente, mas, sobretudo, quero parabenizar o povo de Minas Gerais, que soube escolher o Governador Aécio Neves por duas vezes como o Governador dos mineiros. Vamos às prévias, vamos à democracia. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi\* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, telespectadores da TV Assembleia, queria falar sobre um tema que está chamando a atenção de todos nós na Casa, exatamente a pesquisa feita pela "Folha de S. Paulo" que coloca Aécio Neves como o Governador mais bem avaliado no Brasil. Gostaria de falar também sobre as prévias que foram autorizadas, aliás regulamentadas, pelo TSE. Antes, por dever de ofício, gostaria de, lamentavelmente, comunicar à minha região, o Sul de Minas, e ao ilustre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que aqui se encontra e que ontem ocupou a tribuna para falar sobre a questão, que ainda não foi feito nada para a melhoria de nossas

estradas. As estradas federais do Sul de Minas têm sido objeto de manifestações nossas toda semana, e o DNIT tem dito que só falta assinar o contrato, que está tudo feito e imediatamente as obras serão iniciadas, e nada aconteceu até hoje. Isso é lamentável porque mostra o descaso de uma entidade importante, como o DNIT, para com essa região próspera de Minas Gerais. Se houvesse dificuldade financeira, crise, poderíamos até compreender, lamentar, tudo bem; mas é apenas uma questão burocrática. Segundo o DNIT, só falta assinar o contrato. Há um bom tempo, só falta isso. Ainda ninguém sabe por que ainda não foi assinado. O DNIT não consegue explicar para mim nem para ninguém o motivo pelo qual não é assinado. O povo de Sul de Minas sofre com a situação dramática das nossas estradas.

Quereria falar sobre uma outra questão realmente diferente e bem melhor relativa à pesquisa realizada pela "Folha de S.Paulo", publicada hoje, mostrando que Aécio Neves é o Governador mais bem avaliado do País. Ficamos muito satisfeitos, aliás, Minas Gerais inteira, pois o Governador tem todos os motivos para ser muito bem avaliado, conforme mostrou a pesquisa. A sua avaliação ficou lá em cima; e a rejeição, em baixo. Quer dizer, não obteve praticamente rejeição alguma no Estado, e o seu governo é avaliado pela grande maioria dos mineiros como excelente. Realmente é o que acontece. A todo momento, somos surpreendidos por ações extremamente positivas do governo de Minas Gerais, as quais demonstram sua determinação em servir bem a seu povo e melhorar as condições de vida do Estado, que está convivendo com a crise - aliás, todos têm de conviver com ela; não há outro jeito. E o governo a tem superado. Apesar do momento difícil que estamos vivendo, a todo momento recebemos por parte do governo do Estado informações sobre a realização de repasse de recursos para os Municípios do Estado e para programas importantíssimos, seja na área da saúde, seja da educação. Ainda agora, por esses dias, recebemos a comunicação de que o transporte escolar de todo o Estado será amplamente beneficiado com o repasse de recursos do governo do Estado para todos os Municípios de Minas, causando, portanto, um benefício inestimável ao povo mineiro, às nossas crianças e aos nossos jovens que estudam principalmente na zona rural e terão o conforto de um transporte coletivo da melhor qualidade. Por isso o Governador vai destacando-se como o melhor do País neste momento.

Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, isso é importante, porque o Governador, como todos sabem, pleiteia a sua indicação como candidato a Presidente da República. Há um adversário em São Paulo, o Governador José Serra, que também foi avaliado nessa pesquisa da "Folha de S.Paulo", ficando em 5º lugar. Sem dúvida nenhuma, essa também é uma posição honrosa e naturalmente faz jus ao governo de São Paulo, neste final de dois anos de governo. O nosso Governador foi reeleito. Muitas vezes a reeleição pode levar a um certo desgaste. Ainda isso não tem acontecido de maneira alguma. Pelo contrário, aqui sempre vimos, de forma muito objetiva e clara, o fortalecimento político do Governador Aécio Neves e o reconhecimento por parte do povo de Minas Gerais da qualidade do seu governo. Quando digo "supera as dificuldades e as crises", gostaria de citar, por exemplo, a área da saúde, que é bastante complicada, porque a Emenda nº 29 não é regulamentada, a tabela do SUS não é reajustada. Vimos programas que são realizados no Estado, como o Pro-Hosp, que acabam minimizando a crise na saúde e fazendo com que aqui o setor não seja tão carente e motivo de repercussão na mídia nacional como é nos outros Estados. Apesar das dificuldades, as coisas aqui vão caminhando razoavelmente. Na realidade, são dificuldades minimizadas por programas extremamente competentes, que mostram a eficiência que o Governador procura dar na sua administração.

Concedo aparte, com muita satisfação, ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Carlos Mosconi. Quero parabenizar V. Exa., que tem o mesmo sentimento do nosso povo do Sul de Minas quanto às nossas rodovias federais, que estão bastante precárias. Realmente V. Exa. fala com o coração amargo como o nosso por ver e acompanhar, no dia-a-dia, a péssima qualidade das nossas estradas federais, bem ao contrário, Deputado Carlos Mosconi, das nossas estradas estaduais. Hoje o Sul de Minas Gerais está incluído no programa Pro-MG. Há equipes já contratadas até 2010 para dar manutenção e zelar por todas as estradas. Aliás, dentro do contexto, V. Exa. estava conosco quando fizemos o convênio com o nosso Secretário Fuad em Poços de Caldas e Itajubá. Então o Sul de Minas tem realmente muito que agradecer ao nosso Governador. Quando fala sobre a governabilidade extraordinária do nosso Governador, aliás, em todos os setores, V. Exa. tem toda a razão. Há um fato que temos de agradecer muito ao Governador Aécio, a nossa região está sendo hoje premiada com a instalação do gasoduto. Andradas, assim como Poços de Caldas, será beneficiada com a instalação do gasoduto da Petrobras em Jacutinga, que conta com investimentos de R\$150.000.000,00. A plataforma já está pronta. A presença do Governador, em maio e junho, dará esse seguimento forte para a indústria de cerâmica, de vinhos, a viticultura, todo o pólo cerâmico e de industrialização da nossa região. Então falamos com o coração cheio, não é, Deputado Mosconi? Nós, que vivemos próximo ao Estado de São Paulo, podemos dizer que temos o melhor Governador deste país. Isso é verdade, tanto pelas estradas, pela área da saúde, pelos aspectos e por tudo que o Governador tem realizado. Com certeza marcaremos um encontro com o Ministro, com o seu prestígio e com toda a bancada federal, a fim de tratarmos das nossas BRs. Parabéns.

O Deputado Carlos Mosconi\* - Eu é que agradeço o aparte de V. Exa., que vem enriquecer o meu pronunciamento. V. Exa. chama a atenção para algo interessante. Basta que andemos pelo Sul de Minas, pelas estradas estaduais e federais, para verificarmos a gigantesca diferença entre uma e outra. Como V. Exa. bem lembrou, o contrato assinado com as empreiteiras que farão a restauração das estradas estaduais já compreende quatro anos de manutenção, o que garante a qualidade da estrada durante esse período. Agradeço muito o aparte com as lembranças feitas por V. Exa.

Meu caro Presidente, gostaria de manifestar minha satisfação pela regulamentação das prévias pelo TSE. Isso também era uma solicitação importante do Governador Aécio Neves, que procura de toda maneira viabilizar o seu nome como candidato à Presidência da República. Sem as prévias, naturalmente sua indicação não seria fácil, pois houve uma espécie de convencimento - que não tem nada de natural, muito menos de democrático - de que o candidato deveria ser José Serra, Governador de São Paulo. Ora, o Governador Aécio Neves, tendo sido reeleito, realizado um excelente governo em Minas, possui todas as condições - acredito que tenha até uma precedência em relação ao Governador de São Paulo, pois já está no segundo governo de Minas e tem uma ótima avaliação -, todas as qualificações para pleitear a sua indicação como candidato à Presidência da República. Havendo dois candidatos, como é o caso, nada mais natural e democrático que se pratique o instrumento das prévias eleitorais, o qual, aliás, está no Estatuto do PSDB, nosso partido, e, sem dúvida alguma, enriquecerá o processo democrático de escolha do nosso candidato, com a participação fundamental da militância do nosso partido em todo o País. Todos os filiados poderão fazer a sua escolha, participando de uma campanha de mobilização do partido, de informação aos eleitores, de programa de governo dos dois candidatos, de debate dos dois governos. Sentimos pelo fato de as prévias não poderem ser abertas à população, como gostaríamos que fossem, mas já é algo importante que sejam realizadas. Acredito que o Governador Aécio terá condições de demonstrar o seu preparo, a sua qualidade. Naturalmente, quem ganhará com isso não será apenas o PSDB, e sim o Brasil, a democracia. Esse é um processo absolutamente democrático. Quero lembrar que, há 10 anos, realizamos no PSDB, em Minas Gerais, uma prévia, quando tínhamos dois candidatos a Governador em Minas, o Paulinho Cícero, ex-Ministro, e o Eduardo Azeredo. O Eduardo Azeredo ganhou a prévia e depois as eleições para o governo de Minas Gerais. Esperamos muito desse procedimento e acreditamos que o Governador Aécio Neves poderá sair com toda força, com toda expressão, com total apoio de Minas Gerais. Vimos a sua preferência não apenas por meio das pesquisas de opinião relacionadas à qualidade do seu governo, mas também por meio das pesquisas eleitorais, que de fato mostram sua grande força. Isso alavancará de maneira muito forte o seu nome como candidato a Presidente da República. Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Concedo aparte ao Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* - Gostaria apenas de comunicar a esta Casa o falecimento do jornalista Jairo Anatólio Lima, que fez história no rádio mineiro. Somente na Rádio Inconfidência ele trabalhou quase 30 anos. É com muito pesar, pois, que comunico seu falecimento a esta Casa.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Cumprimento o Presidente, Deputado José Henrique, a imprensa, as pessoas que prestigiam esta reunião, e de



modo muito especial o povo do nosso Estado que prestigia a TV Assembleia. Agradeço ao Deputado Carlin Moura a troca do seu tempo.

Sr. Presidente, no dia 6 de abril ocorrerá um marco muito importante para Minas Gerais, quando Montes Claros receberá o Presidente da República, vários Ministros, todos os Governadores do Nordeste brasileiro, além do nosso Governador Aécio Neves, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, que participarão da reunião do Conselho Deliberativo da Sudene. A princípio, somente a presença do Presidente já é um fator preponderante para o nosso Estado e principalmente para a região Norte mineira. Estamos na expectativa de que ele presida o Conselho, mas também anuncie obras fundamentais para o Estado, como a autorização da reconstrução da BR-135, ligando Belo Horizonte a Montes Claros; o Anel Rodoviário de Montes Claros; a inauguração da usina de biodiesel, a única de Minas Gerais, que certamente impulsionará o desenvolvimento do Estado e a região norte-mineira.

Hoje posso também dizer que há grande expectativa quanto ao anúncio pelo Presidente Lula da criação da Universidade Federal do Norte de Minas. Tenho em mão um pronunciamento do Deputado José Santana de Vasconcellos sobre a futura universidade federal em Minas Gerais. Esse parlamentar, um dos mais experientes do nosso Estado, essa figura ímpar na política mineira, com 11 mandatos eletivos consecutivos, ocupou os mais importantes cargos, foi Presidente desta Casa, Secretário de Estado por diversas vezes, hoje Presidente do PR, fez um pronunciamento, da tribuna da Câmara Federal, mostrando a importância da criação dessa universidade.

Montes Claros é uma cidade que capta todo o tipo de influência do Norte de Minas e do Sul da Bahia. É uma cidade comercial, industrial, agropecuária, uma cidade que será a Capital mineira da Sudene e, por que não, uma cidade universitária. Hoje, em Montes Claros, temos cinco universidades: a nossa Unimontes - Universidade Estadual de Montes Claros -, o Grupo Pitágoras, o Grupo Promove, a Universidade Santo Agostinho, a universidade dirigida pelo Deputado Ruy Muniz e várias outras. Temos o câmpus da Universidade Federal de Minas Gerais, em Montes Claros, com vários cursos superiores. Temos o curso de Agronomia, implantado em 1999, os cursos de Zootecnia, Administração, Engenharia Florestal, Ciência de Alimentos, Engenharia Agrícola, Engenharia Ambiental, e, funcionando paralelamente, o curso de especialização em Recursos Hídricos e Ambientais e o de mestrado em Ciências Agrárias e Agroecologia. Temos praticamente uma universidade federal funcionando em Montes Claros, porém atrelada à Universidade Federal, com sede em Belo Horizonte. O câmpus da UFMG em Montes Claros é muito bem situado na área urbana da cidade e atende a uma enorme demanda do Norte de Minas e do Sul da Bahia, em torno de quase 300 mil jovens que precisam e querem fazer o curso superior gratuito. Temos um enorme mercado precisando de mão-de-obra especializada. Temos o maior projeto de produção de frutas do Brasil, o Projeto Jaíba, enfim, todo o substrato necessário para a implantação dessa universidade federal do Norte de Minas. Deputado Carlin Moura, V. Exa., que pertence à Comissão de Educação desta Casa, que é um dos Deputados mais bem articulados e preparados, sabe que há um movimento muito grande, e hoje temos um ambiente muito favorável à implantação da universidade federal de Montes Claros.

No final do ano passado, o Presidente Lula abriu um precedente importante, que nos enche de esperança. Criou, em Campina Grande, a Universidade Federal da Paraíba, que se desmembrou e se transformou na Universidade Federal de Campina Grande. O que aconteceu na Paraíba é exatamente o que temos hoje em Montes Claros. Havia uma universidade na Paraíba com um câmpus em Campina Grande. O Lula manteve a Universidade Federal da Paraíba e criou a Universidade Federal de Campina Grande, abrindo uma grande perspectiva de estudos, de vagas e de oportunidades para milhares de jovens do Estado da Paraíba. O que aconteceu lá pode vir a acontecer no dia 6, em Montes Claros. Estamos preparando o ambiente. Fazemos um apelo às Lideranças para que estejam presentes; queremos, inclusive, Deputado Carlin Moura, que a Comissão de Educação desta Casa também esteja presente. Vamos fazer um documento ao Presidente Lula, e ele com certeza o receberá das mãos do nosso Governador Aécio Neves; o Vice-Presidente da República José Alencar, se Deus lhe der saúde e condições, estará presente, ele que foi o primeiro signatário dessa carta pela criação da universidade federal do Norte de Minas; estarão presentes os Deputados Federais, os Senadores, o Ministro Hélio Costa, o Ministro Patrus Ananias e a própria Ministra Dilma Rousseff, pois não perderá essa oportunidade de estar no seu Estado natal.

Enfim, queremos mostrar ao Presidente Lula a importância da criação da universidade federal do Norte de Minas. O câmpus já existe. Os investimentos não serão tão vultosos que possam impossibilitar esse pleito do Norte de Minas, que entregaremos às mãos do Presidente. Conversava, há pouco, com o Prefeito de Mirabela, meu amigo, companheiro Lacerdino, que também é um dos defensores da criação da universidade federal do Norte de Minas em Montes Claros. Ele me dizia do sentimento que hoje está no coração de todos os Prefeitos dos 181 Municípios da área de abrangência em Minas Gerais dessa universidade. Envolverá Montes Claros, o Norte de Minas, os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Termino o meu pronunciamento para que o nosso companheiro Carlin Moura possa se pronunciar, dizendo da grande expectativa que temos, nesse dia 6, em Montes Claros, em que anunciaremos a tão sonhada recuperação da BR-135, a inauguração da usina do biodiesel, a implantação do Conselho Deliberativo da Sudene, a aprovação de vários projetos, quicá os anúncios dos primeiros passos, dos primeiros estudos, da primeira ordem do Presidente Lula para a implantação dessa universidade. Particularmente fico muito feliz porque o meu Partido, o PDT, sempre esteve na vanguarda, à frente dos projetos educacionais, com figuras importantes como Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e agora o nosso Senador Cristovam Buarque, que sempre colocou a educação como linha de frente do programa ideológico do nosso Partido. O dia 6 de abril será um dia importante para Montes Claros e para Minas Gerais, o dia do encontro das grandes lideranças em prol daquela região e daquela cidade. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Exmo. Sr. Presidente Deputado José Henrique, senhoras e senhores, público presente, amigos telespectadores da TV Assembleia, hoje, 25 de março, é um dia duplamente especial e simbólico para mim. Hoje o nosso glorioso Clube Atlético Mineiro completa 101 anos de existência, num momento alvissareiro, pois o grande Galo forte e vingador lidera o Campeonato Mineiro. Ele tem como símbolo principal o galo, que é o mensageiro da esperança. Também no dia 25 de março, Sr. Presidente, o meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, faz aniversário. Completamos 87 anos de fundação. Neste 25 de março, o PCdoB inicia seu 88º ano de luta, em uma situação singular, desafiante e promissora. O Partido prepara o seu XII Congresso, para tirar dele todas as consequências. No mundo todo, é grave a crise do capitalismo, a pior em oito décadas pelo menos. Os trabalhadores e os povos pagam caro por ela, sobretudo com o desemprego, que reclama resposta unitária e vigorosa. A crise traz à luz a falência do sistema baseado na exploração do trabalho pelo capital, a começar pelo seu coração, o imperialismo estado-unidense. Esta é uma crise não só financeira, mas de toda a economia e também da ideologia do capital. As teses neoliberais vendidas ao mundo durante 30 anos como verdades eternas se espatifam. O fórum dos burgueses em Davos balbucia autocríticas. Alan Greenspan, papa do culto liberal, pede a estatização dos maiores bancos americanos. Os apóstolos do livre mercado agora apelam para pacotes estatais de socorro, regulação e refundação do capitalismo e para um feroz surto protecionista. O discurso da globalização neoliberal caiu por terra: em vez da prosperidade, o entrelaçamento mundial do capital trouxe o alastramento da crise de Wall Street para a Europa, o Japão, o planeta. A liderança dos EUA declina, numa transição para um novo quadro de forças mundial. A crise encerra ao mesmo tempo perigos e oportunidades. Para nós, os comunistas, é a oportunidade de superar o velho regime burguês, libertar os trabalhadores, retomar a alternativa socialista. O foco do congresso do PCdoB será atualizar seu programa de transição ao socialismo. É tempo de impulsionar a teoria da revolução, de aprender com as experiências socialistas do século 20 - com as que prosseguem e as que brotam na América Latina rebelde -, de dar mais concretude e força mobilizadora à proposta socialista, de balizar o caminho da revolução brasileira. É esse o norte de toda a ação do partido: resistência ativa, acumulação de forças, alianças e luta, construção de alternativas progressistas, reformas estruturais e rupturas para a superação revolucionária do capitalismo. Nesse percurso - com o País vivendo uma experiência de novo ciclo político com a eleição de Lula junto com as forças democráticas e de esquerda, com forte apoio popular e, ainda, num ciclo de expansão do PCdoB - abrem-se perspectivas para aprofundar a luta contra o neoliberalismo no Brasil, no rumo de desenvolvimento, democratização política e social, defesa do meio ambiente, afirmação crescente da soberania nacional e integração continental. Neste 87º aniversário, o PCdoB convoca seus mais de 100 mil militantes para que façam um 12º Congresso na melhor tradição comunista: um processo de estudo, discussão e deliberação coletivas, democráticas, vigorosas, com os olhos postos na prática da luta política e social. Chama mais trabalhadores, intelectuais, jovens, mulheres e homens conscientes a entrar no partido e dar a sua contribuição ao congresso. Convida as demais forças de esquerda a opinar também sobre

essa pauta, em um diálogo mutuamente enriquecedor, para construir uma esquerda cada vez mais necessária ao Brasil e aos brasileiros e brasileiras. Voltados para o presente e o futuro, não esquecemos a saga dos 87 anos passados, que reafirmamos e continuamos. Honra aos fundadores do PCdoB; aos insurretos de 1935; aos reorganizadores do PCdoB revolucionário em fevereiro de 1962; aos guerrilheiros do Araguaia e a todos os comunistas da resistência à ditadura, aos que mantiveram o rumo quando era mais densa a treva neoliberal. Deles herdamos a bandeira vermelha da foice e do martelo. A eles dedicamos os avanços que perseguimos nesta situação singular, desafiante e promissora.

Sr. Presidente, nesta homenagem ao PCdoB, no momento do seu aniversário, queremos fazer desta uma data concreta de luta, especialmente uma data para enfrentar a crise do capitalismo que se abate especialmente sobre os trabalhadores. Assim, Sr. Presidente, estamos incentivando o debate político sobre a crise financeira. Para comemorar esses 87 anos, o PCdoB de Minas se reunirá aqui, no Teatro da Assembleia Legislativa, amanhã, dia 26, às 19 horas, ocasião em que teremos a oportunidade de receber o ilustre Deputado Federal do PSB do Ceará, Deputado Ciro Gomes, o Presidente Nacional do PCdoB, Renato Rabelo, e o Presidente do PT de Minas, Deputado Federal Reginaldo Lopes. Os dois Deputados e o Presidente do PT de Minas vão discutir a crise financeira e apontar rumos numa perspectiva de que é necessário vencer a crise sob a ótica do trabalhador, sob a ótica da defesa do trabalhador e do emprego. Fica aqui o convite a todos para participarem desse debate que se realizará amanhã, no Teatro da Assembleia. Temos uma preocupação muito especial com essa crise, Sr. Presidente. Enquanto se comemoram - o que acho justo e legítimo - que o Governador de Minas detém índice de aprovação popular altíssimo, mérito dele, não podemos esquecer que a crise financeira assola Minas Gerais de forma especial. Minas, pela característica de sua economia, é o Estado da Federação que sofre a maior repercussão da crise financeira. O decréscimo, a diminuição do PIB mineiro, é o maior de todos os Estados da Federação. Os Municípios de Minas Gerais, especialmente os mineradores, como Itabira, Sete Lagoas, Congonhas, Contagem e Betim, estão sofrendo de forma especial com a crise financeira. A Região Metropolitana de Belo Horizonte teve o maior índice de desemprego dos últimos 30 anos. Essa é a grande preocupação. Os Prefeitos dos nossos Municípios estão hoje escolhendo o novo Presidente da Associação Mineira de Municípios. Mas qual é a grande preocupação dos Prefeitos e Prefeitas recentemente eleitos? É que a crise está batendo nas suas portas. Já foram demitidos mais de 35 mil trabalhadores nos Municípios mineiros. No último mês, em fevereiro, o repasse para os Municípios mineiros teve um decréscimo de quase 50%. Enquanto, em janeiro, o repasse para os Municípios foi de R\$302.000.000,00, em fevereiro esse repasse caiu para R\$185.000.000,00, porque é fruto da recessão, da política que tem sido implementada, das isenções fiscais, em que os Municípios são os primeiros a pagar o pato.

Então acreditamos que temos de enfrentar essa crise, mas enfrentá-la na defesa dos Municípios, dos trabalhadores e das trabalhadoras. Enquanto se comemora a popularidade do Governador de Minas, seria importante que esta ocasião também servisse para se questionar a dívida do Estado, a renegociação da dívida do Estado, porque hoje ela continua crescendo, com juros acima até da taxa média Selic em curso no Brasil. Esse é o momento de se rediscutir o contrato da dívida de Minas Gerais, de se rediscutir o superávit do Estado, para que Minas não sofra com tanta magnitude a implicação da crise financeira. Acreditamos, Sr. Presidente, que se deve discutir a crise sob uma perspectiva de saídas. Essa é a lógica que o PCdoB quer adotar - e que vem adotando diante desse quadro. Quando se discute a crise financeira, isso tem de ser feito sob a ótica de quem perde com a crise. Quem está perdendo mais com a crise financeira? São os grandes aglomerados econômicos ou são os trabalhadores? Esta é grande questão: quem vai perder mais. Os governos, o poder público tem de agir com o objetivo de prestar socorro a quem mais necessita e merece. Ontem, a OIT, por meio de uma resolução aprovada no Pleno para apresentar ao grupo dos 20 países que irão reunir-se na próxima semana, chama a atenção para esse aspecto, pois os governos, o erário, os poderes públicos de diversos países estão movendo montanhas para salvar bancos, montadoras de veículos, seguradoras, e não pensam em salvar empregos, postos de trabalho. Enfrentar a crise financeira é especialmente assegurar os empregos, ou seja, é não deixar que as taxas de desemprego aumentem. Eis o grande desafio: a defesa do trabalhador e do mundo do trabalho. Essa é uma perspectiva fundamental. Quero compartilhar isso também com os colegas do PSDB, que estão muito satisfeitos com os índices de aprovação do Governador do Estado. Todavia, destaco que a esses índices têm de ser incorporadas soluções concretas para a crise econômica de Minas Gerais, a fim de que os Municípios continuem produzindo, exportando nossos produtos ou de fazer um grande projeto de desenvolvimento que valorize a nossa produção e o nosso mercado interno, que agregue valor à nossa principal riqueza, o minério de ferro. Cito, como exemplo, a empresa Usiminas, que, de forma inusitada e exemplar, está produzindo tubulações para a exploração do pré-sal. Minas precisa seguir o caminho da valorização, agregação de valor às suas riquezas, de geração de emprego e renda para nossos trabalhadores e trabalhadoras. A defesa de Minas e a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras é a grande bandeira do PCdoB neste seu 87º aniversário. Felicidades a toda a militância. Obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João\* - Saúdo o Sr. Presidente, os Deputados e as Deputadas, assim como todos que nos acompanham pelas galerias e pela TV Assembleia. Sr. Presidente, gostaria de destacar dois assuntos que considero relevantes. Tive a oportunidade, na noite de ontem, de tratar do primeiro deles, relativo à autorização para a execução das obras previstas em convênio de cooperação técnica e financeira com a Gerdau Açominas, destinada a promover melhorias em trechos rodoviários de acesso a Ouro Branco. O referido trecho liga a BR-040 a Ouro Branco e abrange o entorno do 1º Maio, seguindo até a Estrada Real. Considero esse ato realizado ontem, terça-feira, muito importante. Os trechos da MG-443 e da MG-030 estão em estado de calamidade, com buracos e depressões, em virtude de a terra haver cedido. As grandes depressões colocam em risco a vida de todos os que trafegam diariamente por aquele trecho. Sr. Presidente, é importante destacar o esforço desta Casa e deste parlamentar para garantir essas obras. Em 2005 participamos de uma audiência pública para discutir a expansão da Gerdau Açominas, realizada no dia 24 de agosto na Comissão de Assuntos Municipais. O então assessor de planejamento da empresa era o Sr. Marco Antônio Pepino, que anunciou a disponibilidade de parceria da Gerdau com o Estado, em prol da recuperação das BRs 030 e 443. Esse entendimento de parceria nasceu aqui, numa audiência pública.

Em 2006, estive no DER para cobrar o encaminhamento dessa parceria, visto que os projetos eram de competência do DER, isto é, era o Estado quem deveria dar o primeiro passo. Em abril de 2007, participamos de uma reunião com o Secretário de Governo, Danilo de Castro, que contou com a presença dos Prefeitos do Consórcio de Desenvolvimento do Alto Paraopeba, um consórcio público firmado pelas cidades de Ouro Branco, Congonhas, Jeceaba, São Brás e Conselheiro Lafaiete, o primeiro consórcio público do Brasil na modalidade de cobertura a todas as iniciativas. Já existiam no Brasil, até aqui, em Minas, os consórcios específicos, por áreas, do tipo de consórcio público intermunicipal, principalmente de saúde. O Consórcio do Alto Paraopeba é como se fosse uma fusão de fronteiras dos Municípios. O Executivo já está automaticamente autorizado pelas Câmaras a celebrar convênios em qualquer área: agricultura, educação, saúde etc., graças a uma lei federal de 2001.

A verdade é que saímos na frente para otimizar recursos. Como estava dizendo, cobramos do Secretário de Governo, Danilo de Castro, em 2007, mais precisamente no dia 16 de abril, agilidade na execução das obras, com o objetivo de se ter o encaminhamento da parceria da Gerdau com o governo do Estado. Posteriormente, no dia 19 de junho, retornei ao DER para reiterar a solicitação já encaminhada em 2006, que visava à recuperação da BR-443. Na sequência, no dia 21/5/2008, estive com o então Diretor de Planejamento, o Sr. Omar Fantoni. Iniciamos o processo com o Sr. Marco Antônio Pepino e, em 2008, continuamos as discussões com o Sr. Omar Fantoni, para saber o que estava acontecendo, o motivo de essa obra ainda não ter saído, para ver se havia algum jogo-de-empurra por parte da Gerdau. Foi aí que descobrimos que a Gerdau não tinha culpa de nada. A Gerdau tinha o compromisso de disponibilizar a metade do recurso, mas eram os projetos que não estavam avançando. Aliás, a competência de elaboração dos projetos era exclusiva do Estado. No dia 27 de maio, estive novamente com o Diretor do DER para cobrar a efetivação da parceria entre a Gerdau e o Estado, e vimos que o projeto se encontrava parado. Quando cheguei ao DER, fui informado de que ele estava em poder da Gerdau. Liguei imediatamente para lá e eles me disseram que não, que o projeto estava nas mãos do DER. De fato, ele estava parado no DER.

Logo depois, no dia 5/6/2008, foi assinado o convênio entre o DER e a Gerdau Açominas, com a mediação da Secretaria de Transporte e Obras Públicas - Setop - e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Sede. Vejam que o Convênio nº 30.002/2008 foi assinado em 5/6/2008 e somente ontem, dia 24/4/2009, foi dada autorização para a execução das obras. Depois de assinado esse convênio, em 5/6/2008, cobrei novamente uma apresentação pública dos projetos de engenharia e do processo de licitação. Cobrei também, da própria Secretaria de

Planejamento e Gestão, a garantia da dotação orçamentária do Estado para 2009, pensando que, ainda que assinado o convênio, sem a previsão orçamentária, em 2009 ainda teriam essa desculpa para adiar o início das obras. Mas fizemos também essa gestão, e essa dotação foi garantida. Assim, acho que é uma conquista da comunidade, embora tenha sido tudo muito demorado: o processo começou em 2005 e só agora tivemos a autorização para o início das obras, que são urgentes, porque a vida de muitas pessoas está sendo posta em risco ali. Sabemos que é justamente no meio desse trecho que está instalado o câmpus avançado da Universidade Federal de São João del-Rei, com os cinco cursos de Engenharia já no segundo período, o que vem-se ampliando a cada semestre. Hoje já há ali mais de 500 alunos, e esse número aumenta a cada semestre. Além disso, esse trecho dá acesso às principais portarias, às duas que estão funcionando, da Gerdau Açominas, e a Ouro Branco - e são muitas as pessoas que, vindas do Rio de Janeiro, pela BR-040, ou indo para Ouro Preto e toda a região dos Inconfidentes, cortam caminho pela Estrada Real, passando por dentro de Ouro Branco -, de modo que também a cada semestre aumenta o número de pessoas que trafegam por ali. Assim, cumprimos a Gerdau por sua atitude de assumir 50% dessa obra orçada em R\$12.500.000,00: ou seja, R\$6.300.000,00 são da Gerdau e o restante do governo do Estado.

Outro assunto que quero abordar, Presidente, com certa indignação é a situação do Ipsemg. Não é falta de ética citar o nome da servidora e paciente Idalina Franco, porque seu caso se tornou público, mas nessa segunda-feira essa paciente chegou a ter todo o preparo para uma cirurgia considerada de risco - portanto com grande desgaste psicológico -, a ser posta na mesa do bloco cirúrgico, com todos os preparativos iniciais ministrados, quando, justamente na hora da anestesia, foi avisada de que a cirurgia teria de ser adiada. Esse é um fato, entre tantos outros, de descaso com o servidor do Estado, que dá sua contribuição de 3,2% ao Ipsemg todos os meses. No caso da Idalina, que tem outros dependentes, o desconto pode chegar a R\$100,00 por mês, numa esperança de ter apoio e segurança na assistência à saúde, mas na hora que ela precisa isso lhe é negado. Quando não, dificultado, pois há professores ou servidores da área de saúde que pagam o Ipsemg, mas não têm o serviço em seus Municípios nem na regional. Conforme os procedimentos, precisam viajar quase 700km até Belo Horizonte e receber assistência de saúde. É caótica a situação do Ipsemg, além desse roubo. Quando é descontado no contracheque, há o compromisso de se oferecer o serviço. Os servidores estão mal remunerados, pois um médico do Ipsemg ganhar R\$1.050,00 é uma vergonha; o hospital de Belo Horizonte carece de reforma; e o último concurso público foi em 2000. Médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem se aposentam, e não há reposição do quadro de pessoal, como também não há reposição de equipamentos estragados. Foi o que levou a servidora Idalina a passar por um desgaste psicológico; ela já estava no bloco cirúrgico quando foi avisada de que sua cirurgia havia sido adiada. Esta Casa tem que se posicionar. São milhares de milhares de servidores que têm desconto no seu contracheque, mas não lhes é oferecido o serviço. Não podemos ficar indiferentes a essa injustiça com quem é mal remunerado. Temos servidores do Estado cujo piso salarial está abaixo do salário mínimo. Será que é isso que queremos para o Brasil: um desrespeito para com o servidor público e um sucateamento da coisa pública? Isso é vergonhoso. O problema do Ipsemg também é administrativo, e grave, porque está havendo desrespeito e injustiça com o que temos de mais precioso: o servidor público. Seguirei o exemplo do Deputado Getúlio Neiva: usarei a tribuna sempre e com indignação e pautarei isso, porque é uma vergonha. Não podemos ficar indiferentes a essa injustiça que está acontecendo com os servidores públicos de Minas Gerais. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro Deputado Padre João, obrigado pela citação, mas acho que somos um Poder desarmado e precisamos usar a arma que temos, que é a fala, o discurso, a presença, a atuação. Parabeno-o porque, desde o nosso companheirismo na Comissão de Política Agropecuária, o seu trabalho é árduo, profícuo, e a sua defesa é forte.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna, primeiro, é uma boa notícia para o meu Município de Teófilo Ottoni. Fechamos os entendimentos com a Funorte, à qual estamos transferindo o importante Hospital São Lucas, de Teófilo Ottoni, que estava em processo de falência, com uma dívida superior a R\$6.000.000,00, e cujo patrimônio não passa de R\$7.000.000,00. Precisávamos encontrar uma solução. Inicialmente, procuramos a Fundação Dom Quirino, que é da nossa cidade, mas não tinha a possibilidade de assumir uma dívida tão grande. Conversamos então com o Deputado Ruy Muniz, que foi duas vezes a Teófilo Ottoni, e acertamos no dia-a-dia do Plenário, no cafezinho, os detalhes e conseguimos repassar o Hospital São Lucas à Funorte, que já começou a operar o hospital. Mesmo antes de a parte burocrática ficar pronta, antontem, tivemos a felicidade de ver o Deputado Ruy Muniz repassar, através da Funorte, os recursos para o pagamento da folha dos servidores. Em Teófilo Ottoni já tínhamos fechado o Hospital Vera Cruz e o Hospital São Vicente de Paulo, estávamos fechando o Hospital São Lucas, e só havia um, o Santa Rosária, que permaneceria aberto. Agora essa boa notícia de termos firmado o acordo com a Funorte, que, a partir de antontem, já está fazendo os pagamentos relativos ao Hospital São Lucas.

Sr. Presidente, o outro assunto é que, no próximo dia 6, o Presidente Lula deve estar em Montes Claros, onde, segundo se anuncia, ele deverá assinar o decreto que cria o Conselho Nacional das ZPEs. Criado esse Conselho, a sua Presidência estará nas mãos do Ministro Miguel Jorge, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. É interessante lembrar que a assinatura será em Montes Claros, não em Teófilo Ottoni. Por que será em Montes Claros? Porque em Minas Gerais e no Leste mineiro só há uma ZPE, que é a de Teófilo Ottoni, mas vários Governadores do Nordeste e o Governador Aécio Neves, de Minas Gerais, estarão em Montes Claros no dia 6, e o Presidente Lula aproveitará, naturalmente, para fazer um ato solene com os Governadores de todos os Estados que serão beneficiados pelas ZPEs.

Vale ressaltar, no entanto, meu caro Presidente, que estamos retomando um processo que já estava praticamente finalizado no governo do Presidente Itamar Franco. Na reta final do governo Itamar Franco, estávamos assinando o decreto e houve, da parte do governo Fernando Henrique Cardoso, uma desativação do Conselho Nacional das ZPEs. Em razão disso, os projetos que já tínhamos apresentado não foram apreciados. Sabemos que as dificuldades são muitas.

Gostaria até de ler aqui um trecho interessante: "Apesar de assinar esse decreto no próximo dia 6, o Presidente Lula ainda terá que assinar um outro decreto, que é o decreto de alfândega". Criar alfândega, porque a ZPE funciona como se fosse um outro país e precisa de alfândega. Logo após, teremos que buscar os empresários para definir opções de investimentos na nossa ZPE e isso gasta um tempo. Depois, tem-se que elaborar um projeto substancial para encaminhar à apreciação do Conselho Nacional da ZPE.

Vamos lembrar que o Conselho já existia em 1988. Os projetos foram encaminhados e nunca foram apreciados, o que significa que, apesar de sermos otimistas e estarmos lutando pelas ZPEs há mais de 22 anos - começou quando eu era Prefeito pela primeira vez em Teófilo Ottoni -, não podemos ser infantis e excessivamente otimistas com relação a prazos.

A última eleição em Teófilo Ottoni foi ganha exatamente porque a direção da Zepex, empresa que controla a Zona de Processamento de Exportação - ZPE -, anunciou 10 mil empregos diretos e 40 mil indiretos em "outdoors" espalhados pela cidade em benefício da candidata do PT, que acabou ganhando a eleição por causa disso. Nós, que temos o pé no chão e a alma plantada no Vale do Mucuri e especialmente em Teófilo Ottoni, queremos continuar e estamos continuando com a luta, apenas tomando os devidos cuidados para não fazermos de bobagem de anunciar o que não existe ou de usar politicamente a ZPE, que é a figura econômica mais importante do Estado e talvez do Leste de Minas. Quem conheceu a Zona Franca de Manaus, no período em que se instalou, e o volume de investimentos que, de lá para cá, foi feito - nós, do Brasil inteiro, consumimos os produtos de Manaus - sabe o que pode ser uma ZPE em Teófilo Ottoni, especialmente porque aquela região tem outros produtos diferenciais, que são os do nosso subsolo. Temos minério de ferro, caulim, calcário, pedras preciosas, diamantes, enfim, uma enorme série de produtos naturais, que possibilitarão o crescimento da ZPE. Há possibilidade de termos indústrias de ferro-gusa e aciaria dentro da ZPE, ou seja, uma série enorme de investimentos, além das indústrias naturais de produção de manufaturados. Então temos a oportunidade.

É preciso lembrar que tudo o que fizemos até 1988 morreu em virtude de um Presidente que entrou e não queria, por pressão de São Paulo, que houvesse, na região Leste de Minas, algum empreendimento que fizesse sombra aos empresários de São Paulo. A pressão foi forte. O tempo passou, e agora temos não somente de agradecer aos Presidentes José Sarney e Itamar Franco, que, naquela época, liberaram a ZPE

para Teófilo Ottoni, mas também ao Presidente Lula, que agora dará o penúltimo passo. É bom lembrar, de forma clara, que é o penúltimo, e não o último. Ainda há um outro passo a ser dado, que é criar a alfândega. Para que as indústrias se instalem, é preciso que haja infraestrutura dentro da ZPE e espaços suficientes para a implantação delas. Segundo os cálculos que fizemos - não só nós, mas também a própria diretoria da Zepex os anuncia -, esses espaços seriam um terreno da ordem de 300.000ha. É uma área enorme, que precisa receber infraestrutura de ruas asfaltadas, rede de esgoto e de água, energia elétrica, telefonia e ainda ser toda cercada com muro alto ou uma cerca muito alta e bem-protegida, porque uma ZPE funciona como se fosse outro país, e a alfândega precisa desse cercamento, para que haja uma única saída das mercadorias ali produzidas.

Ao longo desse processo, Sr. Presidente, sofremos muito, porque trabalhamos a favor. Esse processo da ZPE trabalhou contra nós politicamente, porque houve a demagogia instalada dizendo que a ZPE de Teófilo Ottoni já teria 10 mil empregos diretos e 40 mil indiretos em dezembro de 2008. Isso foi anunciado ao longo da campanha, de maneira vil, pela diretoria da Zepex, que politicamente se engajou na campanha da Prefeita.

O nosso pronunciamento neste dia, Sr. Presidente, é no intuito de fazer com que as pessoas enxerguem, de forma muito clara, que a ZPE é uma luta de todos nós e não pode deixar de ter a minha contribuição, assim como a do Deputado Federal Ademir Camilo, que retornou com o projeto para a aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado da República - no Senado da República, com a oposição sistemática de Aloizio Mercadante, a serviço de São Paulo, pressionado pelos empresários desse Estado.

Estamos aqui, hoje, para cumprimentar o Presidente Lula se ele realmente, no dia 6, em Montes Claros, assinar o decreto criando o Conselho Nacional da ZPE. Repito: é o penúltimo, e não o último passo. Ainda falta mais um passo na burocracia estatal. O mesmo problema que teremos na ZPE é o que todos os empreendedores da área da habitação estão tendo. O Presidente Lula quer fazer 1 milhão de casas, todavia não o conseguirá, se as Prefeituras, os Estados e a própria máquina estatal não diminuírem a burocracia.

Em Minas Gerais, o tempo médio gasto para um projeto habitacional sair do papel e se iniciarem as obras é de um ano. Gasta-se um ano para o projeto sair do papel. Noutro dia, dei um exemplo do sistema nacional de habitação que existia no passado, em que conseguimos, em 1976, construir 800 mil casas apenas em um ano. Ora, para esse projeto do Presidente Lula construir 1 milhão de casas em dois anos, é preciso desmontar essa estrutura burocrática dos governos federal, estadual e municipal, a fim de possibilitar o avanço dessa meta. Vejo uma única saída para que essa meta seja realizada, a municipalização das ações do governo federal. Se os recursos forem repassados para os Municípios, eles farão melhor, mais rápido e mais barato. Sempre foi assim. Mas infelizmente a tecnoburocracia do governo federal não entende e precisa manter o controle dos recursos em suas mãos, em vez de repassá-los aos Municípios, que hoje estão praticamente morrendo à mingua de recursos em virtude da queda da arrecadação do FPM e do ICMS.

Agora gostaria de variar, meu caro Presidente, de assunto, citando uma frase dita pelo nosso companheiro, Ministro Luiz Dulci, e pedindo a ele que não diga uma bobagem tão grande. O Ministro Luiz Dulci disse - está aqui, no jornal "Valor Econômico" -, numa reunião: "Se o neoliberalismo voltar, vai ser um retrocesso enorme. Fora isso, eles vão salgar a terra e inviabilizar o retorno de Lula em 2014". Luiz Dulci, Ministro da Secretaria-Geral da Presidência, parecia à vontade diante de 300 petistas reunidos em um luxuoso "spa", em Osasco, Região Metropolitana de São Paulo.

Defender o retorno de Lula é muito bom. Se não vamos ter mais nenhuma reeleição, ele deve voltar em 2014 ou em 2018. E acho que deve voltar. Mas, quanto a falar de neoliberalismo voltar... Participei dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. Todas as medidas de internacionalização da economia, de abertura dos portos e privatização, foram iniciadas no governo Collor, aceleradas no governo Fernando Henrique e dinamizadas ao extremo no governo Lula. Então, não há o que se falar em neoliberalismo, especialmente nos tempos de hoje. O que temos de ver é que há uma convicção absoluta de todos os políticos do Brasil, de qualquer tendência, de esquerda ou de direita - nem acredito mais nesta dicotomia esquerda e direita -, de que tem de haver uma ação social para redimir os mais pobres. Isso o Presidente Lula acelerou, e está fazendo efeito. Tem de haver isso. Essa questão ideológica já não cabe na cabeça de nenhum brasileiro. Ninguém imagina mais esse assunto ideológico. Quando Luiz Dulci fala em neoliberalismo... Ora, neoliberal está sendo Lula, neoliberal foi o Fernando Henrique, foi o Collor. Mas quem iniciou os programas sociais? Quem iniciou o Bolsa-Renda, o Bolsa-Escola? Foi o Fernando Henrique. Quem aumentou? Foi o Lula. Isso é neoliberalismo? Não. Então essa discussão vai longe. Se formos discutir, o Carlin Moura vai entrar e teremos de pedir licença ao nosso Presidente para mais 2 horas de luta para discutir isso. Não posso evitar, pois isso me coça. Uma pessoa falar uma bobagem dessas me causa coceira. Perdoe-me, Luiz Dulci. Fale coisa diferente, vamos trabalhar para o progresso do Brasil, pois estamos juntos nessa empreitada. O PMDB está apoiando o governo Lula. Estamos do mesmo lado, mas não fale uma bobagem dessas, pois o Lula voltará independentemente de alguém ocupar ou não a Presidência da República, nesse espaço, sem que seja do PT. Um abraço.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, nobres telespectadores da TV Assembleia, nobre Deputado Getúlio Neiva, se o Lula é tão neoliberal quanto o Fernando Henrique, não arriscaria dizer isso. No governo Fernando Henrique, quando a crise bateu às nossas portas, o País quebrou em menos de 30 dias. Mas esse é um debate profundo para um outro momento.

Retorno à tribuna para falar sobre educação. É isso o que nos interessa.

Agora há pouco, o ilustre Deputado Carlos Pimenta mencionou a importância da criação da Universidade Federal de Montes Claros, um pleito justo, necessário e que, sem dúvida, tem todo o nosso apoio. O Deputado convoca a população para receber o nosso Presidente Lula no dia 6 de abril em Montes Claros, oportunidade para apresentar o pleito ao Presidente que mais fez pela educação superior no País nos últimos anos. Sem dúvida alguma, ele terá sensibilidade.

Aproveito a oportunidade e convoco toda a população de Montes Claros e da região Norte de Minas para levar essa proposta da universidade federal ao encontro que faremos nessa cidade para discutir o Plano Decenal da Educação, que ocorrerá no dia 31 de março, das 8 às 17 horas. A Comissão de Educação da Assembleia discutirá o assunto no Centro Cultural Doutor Hermes de Paula, Praça Doutor João Chaves, nº 32, Centro. Essa é uma oportunidade ímpar para os educadores, os profissionais da educação, os trabalhadores, os pais e os alunos aprofundarem-se no assunto e também levarem o pleito da criação da universidade federal.

A fase de interiorização do fórum técnico sobre o Plano Decenal começa amanhã, dia 26 de março, quando teremos a honra e a felicidade de estar em Araçuaí, cidade que aglutinará toda a regional do Jequitinhonha e do Mucuri. O encontro, que será aberto ao público, acontecerá no Colégio Nazaré, localizado na Rua Dom Serafim, nº 435, Centro, a partir de 8 horas. Todos os que tiverem interesse em discutir a educação em Minas Gerais poderão participar.

O que é o Plano Decenal de Educação? É o Projeto de Lei nº 2.215/2008, do Governador, que estabelece objetivos e metas de ação da política educacional para os próximos 10 anos. Esse projeto, que estipula as prioridades, os desafios, as áreas que precisam de mais investimentos, verifica os gargalos e faz previsão de avanço, será votado na Assembleia e, ao final, transformado em lei para reger a educação em Minas nos próximos 10 anos.

O fórum técnico serve para ouvir você, trabalhador, professor e professora, aluno, pai, comunidade, estudioso da educação, todos vocês. A opinião de vocês é de extrema importância. É importante que participem do debate, apresentem sugestões e emendas. O projeto pode ser modificado. Esse fórum será a oportunidade de fazermos a radiografia da educação em Minas Gerais. Então, você, aluno de Araçuaí ou de

Diamantina, da região vizinha, de outras cidades no entorno, terá a oportunidade de nos levar a radiografia da sua escola. Como está a sua escola? Os computadores estão funcionando? A internet está funcionando? Os laboratórios estão devidamente montados? Os profissionais da educação estão com seu salário satisfatório? Existem condições adequadas de trabalho? Qual é a situação da sua escola? Como anda a relação democrática no que se refere a escola, professor, pais, alunos? Como anda a situação da segurança na escola? Como está o ambiente escolar? Tudo isso será debatido. Você terá oportunidade de ir a esse fórum levar a radiografia da sua escola infantil, média e superior, da sua universidade, e, ao mesmo tempo, apresentar sugestões.

A abertura será às 8h30min e contará com a presença do nosso Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho, dos Deputados e Deputadas que compõem a Comissão de Educação, do Prefeito de Araçuaí, Aécio Silva Jardim, do Presidente da Câmara Municipal, Carlindo Dourado Souza, da Secretária Municipal de Educação, Evangelina Fulgência Jardim, do Superintendente Regional de Ensino de Araçuaí, Elvani de Oliveira Chaves. Na Mesa de abertura teremos um representante dos professores, dos estudantes e dos pais de alunos. Esses representantes serão indicados por suas respectivas entidades da sociedade civil, que são parceiras essenciais e têm um papel fundamental na realização desse fórum. São mais de 20 entidades: Sind-UTE, Sinpro, Federação de Pais, UNE, Ubes, UCMG, enfim, mais de 20 entidades, federações, quilombolas, trabalhadores rurais que estão nos auxiliando e fazendo uma parceria para a realização do fórum.

Logo após a abertura do fórum haverá uma palestra sobre o Plano Decenal de Educação, que contará com a presença do Prof. Luiz Aureliano Gama de Andrade, Coordenador do Plano Decenal pela Secretaria de Estado de Educação; da Profª. Maria de Lourdes Melo Praes, membro da comissão organizadora do Plano Decenal; do Prof. Claudenir Fávoro, professor e Pró-Reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, uma instituição importante do Vale do Jequitinhonha, que, com certeza, trará grandes contribuições para esse debate; e da Profª. Tânia Maria Mares Figueiredo, ex-Secretária de Educação de Almenara, mestre e doutoranda em educação do campo. Então, após a abertura, haverá uma palestra com esses debatedores, e imediatamente os participantes serão divididos em quatro grupos de trabalho.

Então, nesses grupos de trabalho, as pessoas, os participantes, os convidados terão oportunidade de discutir o plano e apresentar as suas propostas, as suas sugestões de modificação e de prioridades.

São quatro grupos. O Grupo 1 discutirá educação infantil, ensino fundamental, educação especial, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e quilombolas; o Grupo 2 discutirá ensino médio, educação tecnológica e formação profissional e ensino superior; o Grupo 3 discutirá a formação e valorização dos profissionais da educação; por fim, o Grupo 4 discutirá financiamento e gestão e diálogo entre as redes de ensino e sua interação.

Após os grupos se reunirem, haverá uma plenária final, às 15h30min, em que será apresentado o relatório de cada um dos grupos, com as propostas. Nela serão eleitos 12 representantes da região para a etapa final do fórum técnico em Belo Horizonte nos dias 13, 14 e 15 de maio.

Então, reforço que é muito importante a sua presença, você dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, amanhã, dia 26, às 8h30min, no Colégio Nazaré, na Rua Dom Serafim, nº 435, Centro de Araçuaí.

Depois de Araçuaí, continuaremos as etapas de interiorização. No Norte de Minas, será na cidade de Montes Claros, no dia 31 de março; no Vale do Rio Doce, será em Governador Valadares, no dia 3 de abril; no Noroeste de Minas, em Paracatu, no dia 7 de abril; no Centro-Oeste, em Divinópolis, no dia 15 de abril; na Zona da Mata, em Juiz de Fora, no dia 17 de abril; no Sul de Minas, em Varginha, no dia 22 de abril; no Triângulo Mineiro, em Uberlândia, no dia 24 de abril. A etapa final será, como disse, nos dias 13, 14 e 15 de maio aqui em Belo Horizonte.

Lembro que as pessoas que quiserem participar desse debate, dessa discussão, apresentando as suas propostas, podem fazê-lo pela internet, no "site" da Assembleia: [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br). Lá há uma consulta pública do Plano Decenal de Educação. Clicando, haverá um "link" chamado Consulta Pública - Plano Decenal de Educação. Por meio dele você pode sugerir, mandar emendas e propostas. O prazo para participar é do dia 17 de março até 12 de abril. Então, qualquer um pode entrar no "site" e deixar a sua mensagem.

Assim, mais uma vez reforço o convite. Mineiros, esse é o debate mais importante, pois o presente e o futuro de Minas Gerais passam pela educação, sem a qual não há progresso, desenvolvimento, geração de emprego e renda. Sem preparar o nosso jovem para o mercado de trabalho, sem dar-lhe uma formação universal e humanitária, não há futuro. Sem valorizar os nossos profissionais, os nossos professores, os nossos servidores públicos, a nossa universidade pública de Minas Gerais com financiamento adequado, com planejamento estratégico para o desenvolvimento da educação, Minas não terá um futuro promissor.

Portanto, reafirmo, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, nossa querida cidade de Araçuaí, iremos encontrar-nos amanhã, se Deus quiser, às 8h30min, no Colégio Nazaré, na Rua Dom Serafim, nº 435, no Centro da cidade. Muito obrigado e até amanhã, se Deus quiser.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 30/3/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Almir Paraca

exonerando Ana Caroline Alves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando Arnaldo Honorato Lourenço do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando Josivaldo Pereira da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Odilon Lino de Macedo do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas;

nomeando Ana Caroline Alves para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Arnaldo Honorato Lourenço para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Elaine Cristina de Freitas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando João Batista Macedo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Domingos Sávio

exonerando Múcio Francisco Prado do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Letícia Enes Soares para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Paulo Guedes

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 20/3/09, que nomeou Paulo Henrique Alves Campos para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Márcio Augusto Alves Cruz para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Geralda Solange da Conceição Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Gentile Antognani Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 15.014, de 15/1/04, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/2/09, a servidora Anilza Alves Barbosa, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/2/09, o servidor João Cândido da Costa Neto, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto nas Leis nº 15.014, de 15/1/04, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16/2/09, a servidora Maria Martins Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Objeto: cooperação institucional visando a maximizar as ações de polícia preventiva necessárias ao exercício de mandato eletivo. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação, por 12 meses. Vigência: a partir do dia 1º/3/2009. Dotação orçamentária: 1011-01.031.729-4.239 (319016).

#### Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Vicom Ltda. Objeto: prestação de serviços de transmissão permanente de sinais de áudio e vídeo digital da TV Assembleia. Objeto deste aditamento: 4ª prorrogação contratual com reajuste de preço. Vigência: de 15/3/2009 a 15/3/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-031.729-4.239 - (3.3.90.39).